

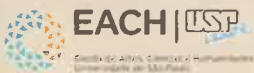
Gestão de Esporte e Lazer

Se o olhar em relação à periferia das grandes cidades do país for feito pelo seu exterior, descontextualizado de sua realidade, uma das conclusões a que poderíamos chegar é que os problemas locais seriam insolúveis, quase impossíveis de serem resolvidos. No entanto, um olhar mais atento, sintonizado com o cotidiano e por dentro da dinâmica dessas localidades, vai perceber que, apesar da ocorrência desses problemas e da seriedade com que tais situações devam ser enfrentadas pelo poder público, a periferia também pode ser marcada pelo encontro, pela troca de experiências, pela luta em busca de melhores condições de vida, com base no interesse coletivo. Assim, este livro analisa o processo de gestão dos diferentes espaços e equipamentos da supervisão de esportes e lazer da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo em São Paulo, para, posteriormente, propor ações efetivas que possam colocar esses equipamentos à disposição da comunidade local, através de programas adequados à sua realidade e necessidade.



978-85-7651-190-8

eP editora
Plêiade



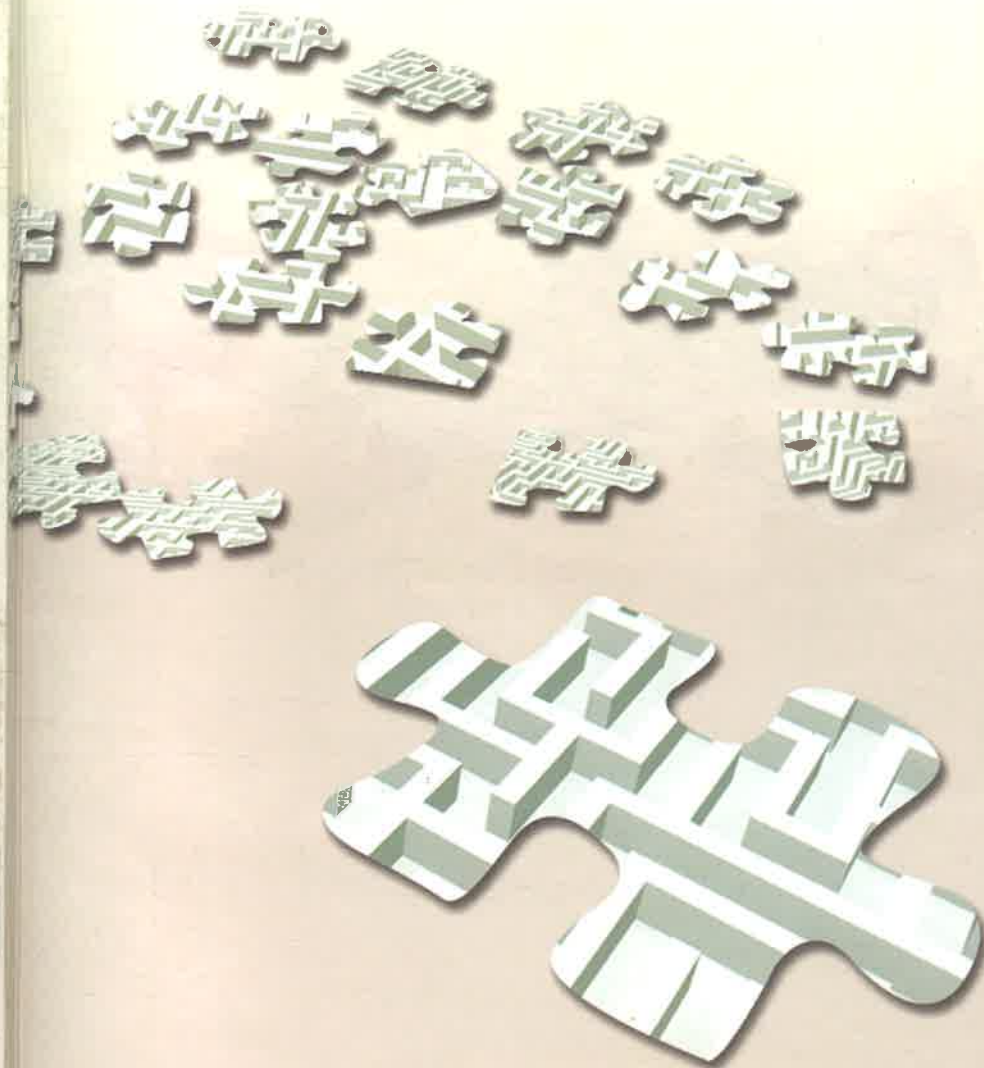
Ministério do
Esporte



GESTÃO DE ESPORTE E LAZER

Coordenador: Edmur Stoppa

GESTÃO DE ESPORTE E LAZER



Coordenador
eP Edmur Antonio Stoppa

VENDA PROIBIDA

GESTÃO DE ESPORTE E LAZER

análise dos espaços e equipamentos de
esporte recreativo e de lazer em
Ermelino Matarazzo,
Zona Leste de São Paulo



P Coordenador
Edmur Antonio Stoppa



Ministério do
Esporte



FICHA TÉCNICA

Presidente da República
Dilma Vana Rousseff

Secretária Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer
Rejane Penna Rodrigues

Ministro do Esporte
Orlando Silva Junior

Diretora do Departamento de Ciência e Tecnologia do Esporte
Prof.^a. Dr.^a. Leila Mirtes Santos de Magalhães Pinto

Universidade de São Paulo
Reitor: Prof. Dr. João Grandino Rodas
Vice-Reitor: Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz

Escola de Artes, Ciências e Humanidades
Diretor: Prof. Dr. José Jorge Boueri Filho
Vice Diretor: Prof. Dr. Édson Roberto Leite

Coordenador do Curso de Lazer e Turismo
Prof. Dr. Luiz Gonzaga Godói Trigo

Autoria da Obra
Coordenador
Prof. Dr. Edmur Antonio Stoppa - USP

Colaboradores
Ana Cristina Fernandes Clemente
Anderson Patrick de Almeida
Augusto de Paula Felipe
Débora Hellen Afonso Carvalho
Fernanda Nakayama Gonçalves
Giuliano Fanhani Pieve
Jean Flávio da Silva Santos
Letícia de Jesus
Talita Carolina Samuel Custódio

Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer (GIEL)
Coordenadores
Prof. Dr. Edmur Antonio Stoppa
Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha

Projeto de Pesquisa que deu origem ao Livro
Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer
Grupo em Pesquisa, Educação e Atuação Profissional em Turismo, Lazer e Hospitalidade

Área: Ciências Sociais Aplicadas

Linha de pesquisa: Gestão de Esporte e de Lazer.

Coordenador
Prof. Dr. Edmur Antonio Stoppa - USP

Pesquisadores
Prof. Dr. Ricardo Ricci Uvinha –USP
Prof. Dr. Sidnei Raimundo –USP
Prof. Dr. Dante de Rose Junior - USP
Prof. Dr. Alexandre Panosso Neto USP
Prof. Dr. Marcelo Vilela de Almeida - USP

Bolsistas de Pesquisa
Ana Cristina Fernandes Clemente
Anderson Patrick de Almeida
Augusto de Paula Felipe
Débora Hellen Afonso Carvalho
Fernanda Nakayama Gonçalves
Giuliano Fanhani Pieve
Jean Flávio da Silva Santos
Letícia de Jesus
Talita Carolina Samuel Custódio

Revisão
Ricardo Baptista Madeira

Projeto gráfico diagramação e capa
Editora Plêiade - Renata Rodrigues

Impressão
Editora Plêiade

Criação de Mídia Digital Anexa
Editora Plêiade

GESTÃO DE ESPORTE E LAZER

análise dos espaços e equipamentos de esporte recreativo e de lazer em Ermelino Matarazzo, Zona Leste de São Paulo

Coordenador
Edmur Antonio Stoppa

Colaboradores
Ana Cristina Fernandes Clemente
Anderson Patrick de Almeida
Augusto de Paula Felipe
Débora Hellen Afonso Carvalho
Fernanda Nakayama Gonçalves
Giuliano Fanhani Pieve
Jean Flávio da Silva Santos
Letícia de Jesus
Talita Carolina Samuel Custódio

2011
São Paulo  editora
Plêiade

Copyright © 2011, Edmur Stoppa

Direitos Reservados. Proibida a reprodução, mesmo parcial, por qualquer processo, sem autorização expressa do autor e do editor.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos seus autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Ministério do Esporte, ou da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer.

Capa: *Renata Rodrigues*

Revisão: *Ricardo Baptista Madeira*

Ficha catalográfica

G393 Gestão de esporte e lazer: análise dos espaços e equipamentos de esporte recreativo e de lazer em Ermelino Matarazzo, zona leste de São Paulo / coordenador Edmur Antonio Stoppa. - São Paulo: Plêiade, 2011. 137 p.

ISBN: 978-85-7651-190-8

1. Esportes – São Paulo 2. Lazer – São Paulo I. Stoppa, Edmur Antonio

CDU 796(816.11)
379.8(816.11)

Bibliotecária responsável: Elenice Y. Madeira CRB 8/5033

Conselho Editorial – Plêiade

Profa. Dra. Beatriz Lage - USP

Profa. Dra. Lídia Almeida Barros – UNESP

Prof. Dr. Dimas A. Künsch – Faculdade Cásper Líbero

Prof. Dr. Erasmo de Almeida Nuzzi - Faculdade Cásper Líbero

Prof. Dr. Flávio Calazans - UNESP

Prof. Dr. Gustavo Afonso Schmidt de Melo – USP

Prof. Dr. Laan Mendes de Barros – Univ. Metodista

Prof. Dr. Luís Barco - USP

Prof. Dr. Maurizio Babini - UNESP

Prof. Dr. Nelson Papavero - USP

Prof. Dr. Ricardo Baptista Madeira - UniFMU

Prof. Dr. Roberto Bazanini - USCS

Editora Plêiade

Rua Apacê, 45 - Jabaquara - CEP: 04347-110 - São Paulo/SP

info@editorapleiade.com.br - www.editorapleiade.com.br

Fones: (11) 2579-9863 – 2579-9865 – 5011-9869

Impresso no Brasil

VENDA PROIBIDA

COORDENAÇÃO

Edmur Antonio Stoppa – Graduado em Educação Física, Mestre e Doutor em Educação Física, na área dos Estudos do Lazer, pela Universidade de Campinas, docente no curso de Lazer e Turismo, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo. É líder do Grupo de Pesquisa em Lazer (GPL/UNIMEP) e do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer (GIEL/USP).

COLABORAÇÃO

Ana Cristina Fernandes Clemente – Graduanda em Lazer e Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME.

Anderson Patrick de Almeida - Graduando em Lazer e Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME.

Augusto de Paula Felipe - Graduando em Ciências da Atividade Física pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME.

Débora Hellen Afonso Carvalho - Graduanda em Lazer e Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME.

Fernanda Nakayama Gonçalves - Graduanda em Lazer e Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME.

Giuliano Fanhani Pieve - Graduando em Lazer e Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME.

Jean Flávio da Silva Santos - Graduando em Lazer e Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME.

Letícia de Jesus - Graduanda em Ciências da Atividade Física pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME.

Talita Carolina Samuel Custódio - Graduanda em Lazer e Turismo pela Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), da Universidade de São Paulo (USP) e bolsista do convênio FUSP/ME.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	9
LAZER, PARTICIPAÇÃO CULTURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS.....	15
O Lazer na Sociedade Contemporânea.....	15
Participação Cultural e Cidadania.....	32
Políticas Públicas de Lazer.....	45
ERMELINO MATARAZZO E A GESTÃO DOS ESPAÇOS E EQUIPAMENTOS DE ESPORTE E LAZER.....	57
Os procedimentos metodológicos da pesquisa.....	57
A Zona Leste de São Paulo.....	59
A Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME) e seu Novo Modelo de Gestão.....	66
Os Dados da Pesquisa de Campo.....	72
<i>Os Clubes das Comunidades.....</i>	<i>72</i>
<i>As Praças com Equipamento de Esporte e Lazer.....</i>	<i>85</i>
<i>As Ruas de Lazer.....</i>	<i>93</i>
<i>Os Campos de Rodízio.....</i>	<i>100</i>
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
REFERÊNCIAS.....	119
ANEXOS.....	128
APÊNDICES.....	135

INTRODUÇÃO

Miséria, violência, falta de oportunidades profissionais, preconceitos relacionados aos mais diversos tipos de situações, falta de cidadania. Se o olhar em relação à periferia das grandes cidades do país for feito pelo seu exterior, descontextualizado de sua realidade, uma das conclusões a que poderíamos chegar é que os problemas locais seriam insolúveis, quase impossíveis de serem resolvidos e que as pessoas moradoras desses espaços, sem alternativa, acabariam por levar a vida remediando sua situação, apenas sobrevivendo frente às questões acima colocadas.

No entanto, um olhar mais atento, sintonizado com o cotidiano e por dentro da dinâmica dessas localidades, vai perceber que, apesar da ocorrência desses problemas e da seriedade com que tais situações devam ser enfrentadas pelo poder público, a periferia também pode ser marcada pelo encontro, pela troca de experiências, pela luta em busca de melhores condições de vida, com base no interesse coletivo. Sem abandonar a alegria de viver! É de se destacar, nesse processo cotidiano, as diferentes oportunidades vivenciadas no lazer, possibilitando, além da questão do divertimento e do descanso, tão importantes nos dias atuais, o desenvolvimento pessoal e social dos indivíduos.

Fruto da sociedade urbana, o lazer, entendido como uma das áreas de manifestação humana em estreita relação com outras esferas de atuação, como o trabalho, a educação, etc., pode exercer valores questionadores na sociedade como um todo, assim como sofrer influências da estrutura social vigente.

Pode ser, portanto, um tempo privilegiado para vivência de valores que contribuam para mudanças de ordem moral e cultural, devendo ser entendido como objeto de ação do poder público e privado, através do desenvolvimento de políticas específicas na área do lazer, contribuindo, com isso, para o desenvolvimento da cidadania das pessoas.

No entanto, dentro da lógica neoliberal presente nos dias atuais, a educação, o lazer, o esporte, por exemplo, passam a ser definidos não com base nas prioridades relacionadas às demandas sociais, mas pelos interesses ligados somente à situação econômi-

ca do país, e o que se percebe na sociedade brasileira é a adoção, por parte do governo, de políticas com as características acima citadas, ocasionando reflexos como o abandono da intervenção do Estado nas diversas áreas do social, tuteladas a partir desse momento pelas regras de mercado.

Sobre essa questão, Linhales (1998) observou, na nossa sociedade, que a função redistributiva do Estado, no final da década de 1980, estava comprometida não com a consolidação de um Estado democrático, mas com a necessidade de barganhas nos processos de legitimação política, de modo a funcionarem como instrumento para abrandar os conflitos ocorridos entre as classes sociais.

Em relação ao lazer, por exemplo, não existiriam, nessa época, representações no Estado Federal que defendessem os interesses como um direito social, sendo mais bem representados os interesses ligados às demandas produtivas e de bases mercantis. Segundo Linhales (1998), o trânsito de interesses, como os mencionados anteriormente, privilegiava a seleção e a exclusão e, além disso, teriam sido uma constante com a ausência de projetos políticos que se fundamentassem dentro de uma perspectiva democrática.

Dentro dessa lógica de pensamento, ao discutir a efetividade das políticas públicas de lazer como políticas sociais, Linhales (1998) apontou para o fato de essas políticas desenvolverem-se, nesse período, baseadas na lógica capitalista de acumulação, como mecanismo para aliviar as tensões entre as diferentes classes sociais e com conseqüente manutenção da ordem vigente, fato que ocorre, certamente, ainda hoje, em diversas realidades país a fora.

As ocorrências desses problemas são, assim, situações injustas que devem ser atacadas por uma ação específica, por meio de políticas públicas, entendidas como o processo de elaboração e de implementação de programas de ação direcionados a atingir, em princípio, objetivos explícitos (MULLER; SUREL, 1998).

Assim, para que as ações possam ser desenvolvidas a partir dos valores da participação cultural é fundamental a discussão de como essas políticas de lazer estão sendo desenvolvidas. Aqui, é importante destacar que não estamos falando somente de uma política de atividades, fato mais comumente encontrado

em nosso cotidiano, quando as administrações desenvolvem sua ação baseada em um rol de eventos, muitas vezes somente com a intenção de divertir e desviar a atenção das pessoas para outras questões, mas também em relação a uma política de animação sociocultural, ao processo de formação e desenvolvimento de quadros para atuação, à questão da construção e administração de espaços e equipamentos de lazer, entre outros fatores relacionados a uma política de lazer.

Assim, o presente estudo teve como objetivo principal entender o processo de gestão dos diferentes espaços e equipamentos esportivos e de lazer de uma região extremamente carente da cidade de São Paulo, a Subprefeitura de Ermelino Matarazzo, para, posteriormente, propor ações efetivas que possam colocar esses equipamentos à disposição da comunidade local, através de programas adequados à sua realidade e necessidade.

Para alcançarmos esse objetivo procuramos, por meio da pesquisa participativa, diagnosticar a situação dos referidos equipamentos e verificar o tipo de utilização a que eles se prestam e se essa utilização está de acordo com as expectativas da comunidade.

Os objetivos específicos do trabalho foram:

- 1) entender como se processa o planejamento e a administração dos diferentes espaços e equipamentos de lazer;
- 2) entender como se dá a apropriação dos locais por parte da comunidade, procurando caracterizar as diferentes particularidades dessa apropriação para as crianças, adolescentes, adultos e idosos;
- 3) verificar como se dá e quais são as características da política de animação desenvolvida pelos profissionais de esporte e lazer nos espaços e equipamentos, bem como qual é o papel da comunidade no desenvolvimento das ações;
- 4) apontar possíveis alternativas para melhor adequar o desenvolvimento da política de esporte e lazer na região de Ermelino Matarazzo.

Enquanto metodologia, a pesquisa foi realizada por meio da combinação da pesquisa bibliográfica, documental e empírica (SEVERINO, 2000) com a inserção dos pesquisadores nos espaços e equipamentos de lazer administrados direta ou indireta-

mente pela na Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME), na Subprefeitura de Ermelino Matarazzo. Além disso, optamos por realizar o trabalho por meio da pesquisa participante, na linha da pesquisa-ação.

Em relação ao método, enquanto trajetória de raciocínio, trabalhamos na perspectiva do materialismo histórico-dialético, na concepção de Antonio Gramsci (1979;1981), em especial nos conceitos de hegemonia e contra-hegemonia. Já enquanto modo de observação, que constituem os meios de abordar o "real" (BRUYNE; HERMAN; SCHOUTHEETE, 1991), o método utilizado foi o estudo comparativo entre os diferentes espaços e equipamentos de esporte e lazer.

Em relação às técnicas foram utilizadas:

Para a pesquisa bibliográfica: levantamento inicial das obras, efetuado junto ao Sistema de Bibliotecas da USP e nas bases de dados ABI, ERL, MUSE, e Science Direct, com posterior aprofundamento e problematização, a partir dos objetivos da pesquisa.

Para a pesquisa documental: análise documental desenvolvida por meio de levantamento dos documentos referentes à política de esporte e lazer da SEME e da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo, com posterior análise e interpretação desses documentos.

Para a pesquisa empírica: utilização da observação participante, como principal técnica de coleta de dados, articulada, como recurso complementar para aprofundar a investigação, com as entrevistas centradas junto aos profissionais e as entrevistas estruturadas realizadas com os frequentadores dos espaços e equipamentos de lazer.

A definição de amostra deu-se de forma não probabilística, intencional para os locais estudados, documentos analisados, bem como para os profissionais, levando em conta critérios de representatividade e acessibilidade, e por saturação para os frequentadores ligados aos espaços.

Quanto ao texto, este foi dividido em dois capítulos inter-relacionados. O primeiro capítulo é dedicado às discussões conceituais acerca da questão do lazer, das políticas públicas e suas importantes relações com a participação cultural e a cidadania. Em relação ao lazer, são discutidas, a partir de seu entendimento conceitual, a sua importância na sociedade atual e a necessidade

de políticas públicas de modo a democratizar a gestão dos espaços e equipamentos de lazer na realidade brasileira, a partir da análise da participação cultural, como uma das bases para a possibilidade de inserção social poder ser consolidada no cotidiano, garantindo, assim, a formação cidadã de pessoas efetivamente participantes em nossa sociedade, em busca da formação de novos valores, questionadores da situação social estabelecida.

No capítulo seguinte, a análise é centrada na apresentação e discussão dos dados coletados na pesquisa documental e empírica, com a caracterização da Zona Leste de São Paulo, em especial a região da Subprefeitura de Ermelino Matarazzo, a apresentação das características da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Recreação e os dados do material coletados por meio da observação participante e das entrevistas realizadas com os profissionais e frequentadores dos equipamentos de esporte e lazer sob administração direta ou indireta da SEME, tais como os Clubes das Comunidades, as Ruas de Lazer, as Praças com equipamento esportivo e de lazer e os Campos de Rodízio.

De forma geral, tais equipamentos têm em seu processo de gestão vários problemas relacionados aos recursos humanos, físicos e materiais, que trazem consequências diretas para o lazer dos seus frequentadores, restringindo suas possibilidades de participação cultural e de vivência do esporte e lazer enquanto instrumento de formação crítica e criativa de sujeitos socialmente participativos na sociedade em que estão inseridos.

Destacamos tais questões, apontando os problemas e as consequências advindas dessas situações, além de sugerir como contraponto novas possibilidades de ação, como forma de subsidiar a reflexão e o desenvolvimento das políticas de esporte e lazer.

Nas considerações finais, são ressaltadas as reflexões realizadas no decorrer do trabalho, de modo a ampliar e enfatizar importantes aspectos relacionados aos diferentes processos de gestão dos equipamentos da região de Ermelino Matarazzo, como a necessidade da política de lazer destes equipamentos ser planejada a partir do entendimento amplo do lazer, o que requer a diversificação das vivências, em ação articulada com outras políticas na área, como a necessidade de formação e capacitação dos gestores, profissionais ou voluntários que atuem nos equipamentos analisados.

Para finalizar, gostaríamos de agradecer imensamente a colaboração e apoio do professor Dante de Rose Junior, do curso de Ciências da Atividade Física, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), assim como dos professores Alexandre Panosso Netto e Marcelo Vilela de Almeida, líderes do Grupo de Pesquisa Educação e Atuação Profissional em Turismo, Lazer e Hospitalidade, e Sidnei Raimundo e Ricardo Ricci Uvinha, líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer (GIEL), todos do curso de Lazer e Turismo da EACH, pela participação na estruturação e desenvolvimento deste projeto de pesquisa, fruto do convênio entre a Universidade de São Paulo e o Ministério do Esporte, programa Rede Cedes da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL), instituições a quem, também, agradecemos pelo apoio financeiro e institucional recebido na pesquisa.

Gostaríamos de agradecer, também, à Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME) da cidade de São Paulo, à Supervisão de esportes e lazer de Ermelino Matarazzo, bem como às comunidades locais responsáveis e organizações sociais gestoras dos equipamentos a oportunidade de acesso aos documentos e espaços visitados por ocasião da pesquisa de campo.

LAZER, PARTICIPAÇÃO CULTURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo apresenta as discussões conceituais acerca da questão do lazer, das políticas públicas e suas importantes relações com a participação cultural e a cidadania.

Nesse sentido, são discutidas, a partir do entendimento conceitual do lazer, sua importância na sociedade atual e a necessidade de políticas públicas, de modo a democratizar a gestão dos espaços e equipamentos de lazer na realidade brasileira, análise articulada com a importância da participação cultural como uma das bases para a possibilidade de inserção social e formação cidadã de sujeitos historicamente situados, críticos e criativos, participantes de nossa sociedade, em busca da vivência de novos valores, questionadores da situação social estabelecida.

O Lazer na Sociedade Contemporânea

As transformações que ocorreram ao longo do processo histórico da sociedade refletem-se em diversas mudanças nos hábitos de lazer, no trabalho, na economia, na educação, na cultura e na arte. Se pensássemos todos esses elementos de forma estanque, não seria possível alcançar uma compreensão correta sobre a importância e o significado que eles possuem para a sociedade, mas pensá-los de forma conjunta ajuda-nos a visualizar seus conceitos atuais.

Assim, para refletirmos sobre o lazer na sociedade, é necessário traçar sua relação com as demais esferas da vida social e com o período histórico em que ele está inserido, uma vez que tal situação mostra as diversas transformações que ocorreram no lazer.

Segundo Gomes (2008), o tempo de ócio, chamado pelos filósofos de "*skhole*", era extremamente valorizado naquele período (Idade Antiga), pois nesse tempo as pessoas podiam alcançar os maiores prazeres, a paz, a distração e a felicidade, valores que não seriam alcançados por meio do trabalho. O trabalho era tido como indigno, estressante e supérfluo, em oposição ao tempo de ócio, onde as pessoas podiam apreciar a arte e a música, buscar a sabedoria, a reflexão, o relaxamento e o descanso.

A partir da Idade Média, com a ascensão do cristianismo e do feudalismo como sistema econômico, a sociedade marcadamente

Para finalizar, gostaríamos de agradecer imensamente a colaboração e apoio do professor Dante de Rose Junior, do curso de Ciências da Atividade Física, da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), assim como dos professores Alexandre Panosso Netto e Marcelo Vilela de Almeida, líderes do Grupo de Pesquisa Educação e Atuação Profissional em Turismo, Lazer e Hospitalidade, e Sidnei Raimundo e Ricardo Ricci Uvinha, líder do Grupo Interdisciplinar de Estudos do Lazer (GIEL), todos do curso de Lazer e Turismo da EACH, pela participação na estruturação e desenvolvimento deste projeto de pesquisa, fruto do convênio entre a Universidade de São Paulo e o Ministério do Esporte, programa Rede Cedes da Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e do Lazer (SNDEL), instituições a quem, também, agradecemos pelo apoio financeiro e institucional recebido na pesquisa.

Gostaríamos de agradecer, também, à Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação (SEME) da cidade de São Paulo, à Supervisão de esportes e lazer de Ermelino Matarazzo, bem como às comunidades locais responsáveis e organizações sociais gestoras dos equipamentos a oportunidade de acesso aos documentos e espaços visitados por ocasião da pesquisa de campo.

LAZER, PARTICIPAÇÃO CULTURAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Este capítulo apresenta as discussões conceituais acerca da questão do lazer, das políticas públicas e suas importantes relações com a participação cultural e a cidadania.

Nesse sentido, são discutidas, a partir do entendimento conceitual do lazer, sua importância na sociedade atual e a necessidade de políticas públicas, de modo a democratizar a gestão dos espaços e equipamentos de lazer na realidade brasileira, análise articulada com a importância da participação cultural como uma das bases para a possibilidade de inserção social e formação cidadã de sujeitos historicamente situados, críticos e criativos, participantes de nossa sociedade, em busca da vivência de novos valores, questionadores da situação social estabelecida.

O Lazer na Sociedade Contemporânea

As transformações que ocorreram ao longo do processo histórico da sociedade refletem-se em diversas mudanças nos hábitos de lazer, no trabalho, na economia, na educação, na cultura e na arte. Se pensássemos todos esses elementos de forma estanque, não seria possível alcançar uma compreensão correta sobre a importância e o significado que eles possuem para a sociedade, mas pensá-los de forma conjunta ajuda-nos a visualizar seus conceitos atuais.

Assim, para refletirmos sobre o lazer na sociedade, é necessário traçar sua relação com as demais esferas da vida social e com o período histórico em que ele está inserido, uma vez que tal situação mostra as diversas transformações que ocorreram no lazer.

Segundo Gomes (2008), o tempo de ócio, chamado pelos filósofos de “*skholé*”, era extremamente valorizado naquele período (Idade Antiga), pois nesse tempo as pessoas podiam alcançar os maiores prazeres, a paz, a distração e a felicidade, valores que não seriam alcançados por meio do trabalho. O trabalho era tido como indigno, estressante e supérfluo, em oposição ao tempo de ócio, onde as pessoas podiam apreciar a arte e a música, buscar a sabedoria, a reflexão, o relaxamento e o descanso.

A partir da Idade Média, com a ascensão do cristianismo e do feudalismo como sistema econômico, a sociedade marcadamente

rural, caminhava segundo os preceitos da Igreja. As manifestações artísticas, as festas, jogos e confraternizações eram censurados pela igreja, que considerava tais atividades como ilícitas, que afetariam o desenvolvimento da sociedade e entregariam as pessoas ao vício e ao pecado (GOMES, 2008).

Nesse sentido, o trabalho, segundo Bacal (2003, p.52):

[...] se apresenta como castigo imposto, como uma injunção da precariedade humana e como instrumento de purificação. O cristianismo ajudou a manter a ordem social, durante a Idade Média, mediante o destaque que atribuía ao drama da salvação e ao ideal monástico.

Na Idade Média, as classes populares tinham o trabalho como um castigo enquanto que as camadas sociais mais privilegiadas economicamente possuíam outras funções relevantes ao andamento do sistema.

De acordo com Elias (2001), nesse período a sociedade de corte se encarregava de estabelecer as regras de manutenção do sistema vigente, representava a autonomia, esbanjava tempo livre e necessitava exibir seu luxo e suas riquezas.

O lazer na sociedade de corte tinha um conceito um pouco diferente do atual, pois a nobreza não tinha tempo de trabalho, apenas tempo livre. Segundo Taschner (2000, p.40) o lazer das classes superiores não estava necessariamente relacionado com o prazer, a diversão e o descanso, mas sim ao fato de não realizarem nenhum trabalho produtivo. O tempo de lazer era o momento onde os cortesões precisavam exibir suas riquezas, seu luxo, sua postura, conforme as leis de etiqueta, e seu *status* social.

O trabalho, nesse período, era elemento presente apenas na vida das pessoas das classes populares, que viam nele a única maneira de sentirem orgulho de suas vidas. Já para os membros da corte, o trabalho representava marca de inferioridade, era uma situação na qual as pessoas eram sujeitadas a outras pessoas, sendo contra as condições de dignidade humana, situação considerada humilhante e reprovada pelos nobres (VEBLEN, 1987).

Um dos requisitos para estar na classe ociosa era de se abster de qualquer atividade produtiva. Ao contrário do visto na sociedade atual, naquela época, a vida ociosa representava um símbolo de respeito, era linda e nobre aos homens civilizados. O ócio

era considerado um elemento de distinção, pois as pessoas dessa classe se dedicavam a empregos não rotineiros relacionados ao governo, ao esporte, à guerra, às atividades espirituais e ao consumo conspícuo, elementos esses de valor cultural, social e, também, importantes para promoção do bem-estar, do conforto e para manutenção das “aparências” diante dos demais membros da classe ociosa (VEBLEN, 1987).

Segundo Veblen (1987), os nobres conseguiam manter sua posição na sociedade, seus luxos e *status* por meio do consumo conspícuo, ou seja, por meio de gastos ostentatórios que serviam para mantê-los em sua posição social, desfrutando das riquezas e do luxo que possuíam. Todo e qualquer consumo ilimitado de bens que excedia ao mínimo necessário à subsistência era, sem dúvida, aquele pertencente à classe ociosa.

Nesse sentido, Elias (2001, p. 63), discutindo essa questão a partir de Max Weber, aponta a perspicácia do mesmo ao analisar esse período, afirmando que

[...] o luxo, no sentido de uma recusa da orientação racional e propositada do consumo, não é algo supérfluo para a camada dominante do feudalismo, mas um meio de sua autoafirmação social

Os diversos cerimoniais e as regras de boas maneiras e de etiqueta que estão presentes nessa sociedade eram considerados importantes, pois eram uma forma de obter prestígio e de exprimir a relação de *status* com os demais membros da classe ociosa. Tais elementos fazem parte da cultura dessa sociedade e caracterizam a vida de ócio dos seus membros. Somente possuindo uma vida de ócio, com tempo de lazer e com renda econômica alta, era possível se dedicar e obter boa educação, boas maneiras, etiqueta e, conseqüentemente, o prestígio e a honra por pertencer a tal classe social (VEBLEN, 1987).

Dessa forma, a aristocracia no tempo de lazer realizava festas e banquetes para o rei, onde os demais membros da sociedade eram obrigados a ir para exibir suas riquezas e luxo e, assim, continuar na corte, continuar com suas mordomias, riquezas e o consumo conspícuo (ELIAS, 2001).

Enquanto a corte do século XVIII continuava na briga por mais poder, riqueza e luxo, com o tempo, as camadas populares

começaram a se revoltar e a corte a perder seu valor. A burguesia começa a tomar o poder do clero e o absolutismo começa a se enfraquecer. Com isso, a burguesia, que tem o trabalho e a busca por capital e riquezas como prioritários à vida, acaba por fazer com que ecloda a Revolução Burguesa e a Revolução Industrial, que estabelecem novos paradigmas para o lazer (GOMES, 2008).

O principal marco para o novo conceito de lazer surge a partir da Revolução Industrial da Inglaterra, onde os operários trabalhavam mais de doze horas por dia, sem direito a boas condições de trabalho, alimentação, saúde, segurança, descanso e lazer. Porém, de forma curiosa, nesse período as pessoas que trabalhavam nas fábricas queriam trabalhar, o trabalho tinha se tornado o grande instrumento e razão de viver de toda a população e, embora fosse sacrificante, opressor e abusivo, continuava crescendo e despertando nos sujeitos a vontade e o gosto por tal atividade (LAFARGUE, 2003).

Nesse sentido, o ideal capitalista surge tendo como elemento norteador a produção e o consumo e, a partir disso, o trabalho é extremamente valorizado. Essa situação estava relacionada principalmente com o ideal da moral cristã do trabalho, que entendia que, quanto mais as pessoas trabalhassem, menos seriam as chances de não fazerem nada e caírem nos encantos do divertimento, da ociosidade, da maldade e do pecado (CAMARGO, 1998). Segundo Franceschi Neto (1993, p.15),

[...] a mitificação do trabalho na sociedade ocidental, foi por muito tempo responsável pela desvalorização do lazer, pois o apresentava como negação do trabalho; a 'Ideologia do Trabalho' e a 'Ética Cristã' foram responsáveis por essa mitificação e reduziram o lazer a uma simples pausa entre dois momentos de trabalho.

Com o surgimento das fábricas, o tempo natural foi substituído pelo tempo de relógio. O tempo passou a ser fragmentado, existindo as esferas de lazer e trabalho e, com tudo isso, o lazer podia ser entendido de duas formas diferentes: 1) como válvula de escape para reduzir as tensões do trabalho (CAMARGO, 1992) ou; 2) como um direito a cidadania, que foi reivindicado pelos trabalhadores das fábricas que sentiram a necessidade de um tempo livre (GOMES, 2008).

A partir da Idade Moderna, as cidades atingiram grande crescimento, a produção de bens e serviços aumentou e a população urbana passou a se desenvolver rapidamente. Com isso, nos deparamos com o dilema entre maior tempo de trabalho, que proporcionava maior consumo e produção, ou maior tempo livre para as pessoas.

Vemos que, na sociedade atual, o lazer não ocupa uma posição prioritária na escala de valores importantes aos seres humanos, pois muitas vezes é tido como supérfluo e muitos acreditam que o tempo de não trabalho é aquele que, além de ser o tempo de "desocupado", é desnecessário.

Mesmo quando as pessoas sentem a necessidade de um tempo livre, onde possam realizar atividades que as façam sentir-se bem, é difícil vê-las admitirem isso, visto que, na sociedade atual, o trabalho é extremamente valorizado, produz a identidade e gera a renda das famílias (MARCELLINO, 2008). Mas não devemos analisar o trabalho e o lazer de forma a mostrar que um é mais importante que o outro, mas, sim, buscando explorar as inúmeras potencialidades de ambos, a fim de reduzir diversas barreiras e injustiças da sociedade.

Embora o uso do termo lazer venha ganhando mais espaço em nossa sociedade, na maior parte das vezes, ele é utilizado a partir do senso comum, não o entendendo corretamente ou, simplesmente, reduzindo seu entendimento a pontos de vista mínimos e restritivos, uma vez que "[...] para algumas pessoas lazer é futebol, para outras é pescaria, ou jardinagem, etc." (MARCELLINO, 2006, p.7).

Assim, de acordo com o autor acima, não se pode conceituar o lazer de forma generalizada, mas entendendo-o a partir dos aspectos tempo e atitude. O aspecto tempo é relacionado ao tempo livre, ou disponível, das obrigações, sejam familiares, políticas, religiosas e, principalmente, profissionais. Assim, quem faz uso do futebol, da pescaria ou da jardinagem de forma profissional, para fonte de renda, não mais estaria desenvolvendo as atividades como lazer, mas como trabalho.

Já o aspecto atitude relaciona-se basicamente com a satisfação vivenciada pelas pessoas em relação às atividades desenvolvidas, ou seja, o prazer, de forma que o ato praticado seja pro-

vocador de satisfação, desenvolvido com liberdade de escolha (MARCELLINO, 2006).

Conforme observado, as diversas transformações ocorridas em nossa sociedade, em diferentes momentos históricos, influenciaram em mudanças no tempo, espaço e significado do lazer, transformando seu entendimento e vivência. Atualmente o conceito de lazer mais conhecido é o elaborado pelo sociólogo francês Dumazedier (2000), segundo o qual

[...] o lazer é um conjunto de ocupações as quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja divertir-se, recrear-se e entreter-se, ou ainda para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Assim, o lazer é fruto da sociedade urbana e pode ser entendido como a cultura vivenciada no tempo disponível das obrigações humanas, combinando os aspectos tempo e atitude e desenvolvido como uma das áreas de manifestação humana em estreita relação com outras esferas de atuação, como o trabalho, a educação, etc., podendo exercer valores questionadores na sociedade, assim como sofrer influências da estrutura social vigente (MARCELLINO, 2006)

A cultura, aqui, é entendida em sentido amplo, como “[...] conjunto global de modos de fazer, ser, interagir e representar que, produzidos socialmente, envolvem simbolização e, por sua vez, definem o modo pelo qual a vida social se desenvolve” (MACELO, 1984, p. 35).

Nesse sentido, é necessário entender que o lazer na sociedade atual é considerado como um tempo privilegiado para a vivência de valores que contribuem para mudanças de ordem moral e cultural, possibilitando, como reivindicação social, o resgate da cidadania por meio da participação cultural, que é, para Marcellino, “[...] a atividade crítica e criativa de sujeitos historicamente situados” (2006, p.17), e entendida como uma das bases para a mudança da sociedade, mudança em busca da instauração de uma nova ordem social e cultural.

Mas, infelizmente, a forma atual de entendimento do lazer esta mais relacionada à perspectiva funcionalista (MARCELLI-

NO, 2006), que o entende, fundamentalmente, como uma válvula de escape na sociedade. Isso ocorre, pois ainda persiste na sociedade um sentimento de que lazer é algo supérfluo perante as demais necessidades. Dentro desse entendimento equivocado, as pessoas deveriam, primeiramente, estarem satisfeitas com aspectos como saúde, alimentação e habitação, para só então abordar-se os problemas relativos ao lazer.

Nesse contexto, o lazer acaba se inserindo na sociedade como uma mercadoria a ser consumida pelas pessoas, uma forma de entretenimento que ajuda a conviver com as injustiças sociais (MARCELLINO, 2001). São os pacotes turísticos, os cinemas, *shopping centers*, teatros, museus, parques temáticos, equipamentos de lazer domésticos, como TVs, DVDs, entre outros produtos fruto da indústria cultural, que caracterizam as vivências de lazer das pessoas (TASCHNER, 2000, p. 44).

Cada vez mais observamos um lazer alienado, inserido no indivíduo que é dominado pela influência das mídias, ou até mesmo pela falta de informação; essa alienação é o consumo pelo consumo, ou seja, ir aonde outros vão, comprar o que não precisam, estar onde não gostam, sem exercer o próprio poder de escolha e decisão.

Assim, como diz Chauí, vivemos numa sociedade que também controla o tempo de descanso, ou chamado “tempo livre”. A indústria cultural, a indústria da moda e do turismo, a indústria do esporte e do lazer estarão se estruturando de acordo com as exigências do mercado capitalista e são tais indústrias que consomem todo o tempo das pessoas (CHAUÍ, 1999).

Tal questão já era apontada por Lafargue (2003) na metade do século XIX, quando dizia que a produção capitalista não procurava mais encontrar produtores, mas buscava intensificar suas forças em excitar a vontade de seus consumidores, a fim de neles criar falsas necessidades de consumo alienado. Para Marcellino, tal situação pode ser entendida como

“o homem fugindo de si próprio, negando o confronto consigo mesmo e com o mundo que o cerca, incapaz de encontros verdadeiros. É o vazio, o nada, o tédio, a alienação” (MARCELLINO, 1986a, p. 48).

Ao contrário dessa perspectiva alienante, o lazer é entendido enquanto importante tema e espaço para a busca do diverti-

mento, do descanso, mas também do desenvolvimento pessoal e social, pois, segundo Marcellino (2006, p. 14), no lazer “estão presentes oportunidades privilegiadas, porque [ele é um tempo] espontâneo, de tomada de contato, percepção e reflexão sobre as pessoas e as realidades nas quais estão inseridas”.

E mais que isso, por meio do lazer os indivíduos podem assumir e se engajarem em compromissos sociais e políticos que fogem da perspectiva de vida alienante e conformista (CAMARGO, 1992), geralmente encontrada em nossa sociedade.

Assim, as diferentes vivências de lazer devem ser oportunizadas às pessoas, ampliando suas opções, enquanto possibilidade de vivências culturais no cotidiano.

De acordo com MARCELLINO (2006), “As atividades de lazer devem envolver a satisfação dos praticantes” e a opção deve ser primordial característica dessa atividade, a fim de atender a todos. No entanto, o autor alerta que, para isso ocorrer é necessário que as pessoas conheçam os diferentes conteúdos do lazer, pois a opção está diretamente ligada a esse conhecimento.

Segundo Marcellino (2006), ao contrário da possibilidade de escolha, o que percebemos na sociedade é que as pessoas fazem sempre a mesma atividade, não por quererem, mas por desconhecerem outras opções.

Assim, os conteúdos podem ser classificados em: artísticos, intelectuais, físico-esportivos, manuais, sociais (DUMAZEDIER, 1980a), turístico (CAMARGO, 1992). Nos dias atuais, um sexto conteúdo, virtual, é proposto por Schwartz (2003).

Embora discordemos da posição da autora, pois entendemos que o virtual seria um espaço e não um conteúdo, onde todos os demais conteúdos poderiam ser encontrados, a justificativa para a ocorrência dessa possibilidade seria devido aos avanços tecnológicos e sua forte presença na sociedade moderna, propondo mudanças na vida das pessoas, principalmente, em suas vivências de lazer.

Schwartz e Moreira (2007, p. 150), aliás, justificam a posição acima de que o ambiente virtual não poderia ser entendido como um conteúdo do lazer quando afirmam que a comunicação em rede teria como principal característica a promoção de

[...] um modo revolucionário de comunicação de informações, atingindo grandes distâncias em tempo reduzido, dando ao indivíduo a condição de criar, gerenciar, e distribuir mensagens em âmbito mundial. Isto parece afetar, substancialmente, a estrutura de disseminação de comunicação e da vivência de conteúdos culturais, especificamente no que concerne ao contexto do lazer (SCHWARTZ; MOREIRA, 2007, p. 150).

Assim, é importante que as pessoas possam desenvolver suas ações no lazer, vivenciando experiências nos diferentes conteúdos culturais. No entanto, para a democratização cultural do lazer, é necessário o desenvolvimento de processos educativos junto aos indivíduos, de modo que possam servir de estímulo e aprendizado para os mesmos, ofertando melhor conhecimento dos conteúdos culturais do lazer, desenvolvendo as atividades no tempo disponível, aumentando a possibilidade de livre escolha, uma vez que, quanto maior o grau de conhecimento capaz de permitir a opção, mais verdadeira essa opção será.

Outro tema recorrente nas discussões referentes ao lazer é a diferença entre a prática e o consumo, situações que interferem diretamente nas vivências das pessoas.

Marcellino (2006), baseado em Dumazedier (1980b), afirma que a atividade de lazer em si não é ativa ou passiva e que essa distinção é dependente da atitude que o indivíduo assume na realização de suas experiências. Assim, a atividade e a passividade são definidas de acordo com o nível de participação das pessoas nas vivências realizadas. Para Dumazedier (1980b), os níveis de participação podem ser elementar, caracterizado pelo conformismo, médio, onde prepondera a criticidade, e superior, caracterizado pela criatividade.

Assim, para o autor, a seletividade, a sensibilidade, a compreensão, a apreciação e a explicação caracterizariam o indivíduo enquanto ativo, seja na prática, no conhecimento ou na assistência/consumo das vivências de lazer.

Marcellino (2006) concorda com essa questão, mas aponta que tanto as barreiras para o lazer, quanto o baixo nível educacional das obras veiculadas pela indústria cultural colaboram para a vivência passiva do lazer, mantendo os indivíduos no estágio conformista, com o tempo disponível em sua maior parte sendo usufruído dentro de casa, com a assistência à televisão.

Desta forma, a simples prática não significa participação, assim como nem todo consumo corresponde necessariamente à passividade. O desafio que se coloca às diferentes políticas de lazer é o desenvolvimento de ações que tenham como finalidade levar as pessoas aos níveis mais altos de participação – crítico e criativo –, a fim de buscar a formação de novos valores que possam colaborar na melhoria da participação cultural, levando-as à autonomia, na busca por seus direitos enquanto cidadãos conscientes no meio social em que vivem.

Embora o lazer deva ser entendido como um tempo social, no qual as pessoas possam realizar as atividades que desejam atreladas aos valores culturais da realidade local, explorando diversos conteúdos culturais e em busca da participação cultural e, com isso, da cidadania, ou seja, enquanto sujeitos de sua história, infelizmente, a realidade social é um pouco diferente da situação apontada, uma vez que a falta de infraestrutura básica e específica para o lazer, a centralização dos espaços, as desigualdades sociais, a miséria, a violência, a falta de participação e envolvimento popular com questões políticas e a conseqüente alienação social, provocada muitas vezes pela cultura de massa e pela mídia, são elementos que afetam o desenvolvimento e o acesso ao lazer.

Tais questões são apontadas como fatores injustos que devem ser tratados por ações específicas, de modo a minimizar esses problemas. São as chamadas barreiras para o lazer (MARCELLINO, 2006), ou seja, um conjunto de fatores que limitam tanto quantitativamente, quanto qualitativamente, na participação das vivências de lazer, privilegiando alguns grupos sociais em detrimento de outros. Assim, identificamos barreiras intraclasses e interclasses sociais que funcionam como elemento inibidor no lazer, limitando as possibilidades a uma minoria da população.

Assim, a questão econômica, principal barreira interclasses sociais e pano de fundo para a ocorrência das demais barreiras intraclasses sociais, interfere no desenvolvimento do lazer, uma vez que as pessoas com maiores condições têm maior acesso a equipamentos específicos de lazer, em detrimento das pessoas das outras classes sociais. Tal situação, no entanto, não garante a vivência qualitativa por parte da população privilegiada economicamente, uma vez que vimos que a qualidade não está diretamen-

te ligada aos conteúdos ou aos gêneros de vivência do lazer, mas ao nível de participação dos indivíduos.

Já as barreiras intraclasses sociais estão inseridas dentro das classes sociais, como a barreira da faixa etária, gênero, acesso aos espaços, violência, estereótipos, entre outros, e as interclasses são as barreiras encontradas entre as classes sociais, como o fator econômico e o nível de instrução (MARCELLINO, 2006).

Em relação à faixa etária, a discussão é centrada nas extremidades do ciclo de vida, abordando questões ligadas à criança e ao idoso.

Embora a criança tenha aparentemente grande tempo de lazer, sua presença em nossa sociedade é vista, muitas vezes, como um “adulto em miniatura” (PERROTTI, 1990), que deve se preparar para ingressar no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na vida adulta, realizando inúmeras atividades que acabam por interferir em seu tempo de lazer, ou seja, em seu brincar.

Tal situação é reveladora de um entendimento equivocado em relação ao lazer da criança. Dentro dessa concepção, a mesma é visto como ser etário em fase de crescimento e, por isso, como não produtora de cultura. Ao contrário dessa perspectiva, estudos apontam sua participação efetiva na vida social, portanto como geradora de cultura, a partir de seus próprios valores e interesses, devendo ter garantido seus espaços enquanto ser social inserido em nossa sociedade (PERROTTI, 1990). Para este autor, baseado em Florestan Fernandes (1961), a criança não só deve ser vista como pertencente “a grupos dotados de subcultura próprios, mas também como elemento capaz de intervir no processo cultural como um todo” (PERROTTI, 1990, p.23), não podendo, assim, ser entendida como um ser passivo em formação.

Para ele, o que vem acontecendo em nossa sociedade, de modo cada vez mais enfático, é o furto do componente lúdico da cultura da criança, independente de classe social, o que provoca uma igualdade entre as crianças.

Sobre a questão, Perrotti (1990) vê a criança sofrendo uma dupla opressão: a etária e a de classe. A etária devido à visão adultocêntrica que a entende como um “vir-a-ser”, um “futuro adulto”; e a de classe, dado à imposição de padrões culturais das classes dominantes às crianças das classes menos privilegiadas.

De acordo com o autor, infelizmente, a produção cultural é vista pela sociedade substituindo “[...] tanto as relações sociais, políticas, como as relações afetivas e a falta de espaço livre” (p. 24). E a partir da falta do espaço livre, do lúdico, a produção cultural oferece-se como substituição, como mercadoria, possibilitando a criança viver “[...] através de produtos culturais aquilo que lhe é negado no real” (p. 25), embora não se poderia entender a criança apenas como um ser oprimido, mas também como um ser capaz de resistir às situações de opressão dentro do possível.

Assim, se a participação cultural é condição indispensável para a existência social, a participação da criança e das demais fases da vida em vivências específicas a sua faixa etária é imprescindível como forma de aumentar o repertório de opções para uma posterior escolha. Deste modo, a valorização da cultura das pessoas, em todas as classes sociais deve proporcionar a vivência do componente lúdico, criando bases para sua efetiva participação.

Já os idosos são vistos como seres fora do mercado de trabalho, não gerando mais capital para a sociedade, não tendo identidade e utilidade, o que é uma ideia completamente preconceituosa, visto que o idoso possui uma rica bagagem cultural (MARCELLINO, 2006).

Em relação às questões de gênero, as mulheres são desfavorecidas em comparação aos homens, pois possuem dupla jornada de trabalho, ou seja, estão presentes no mercado de trabalho e, ainda, devem se dedicar as tarefas domésticas e obrigações familiares do lar, não tendo muito tempo para usufruto do lazer (MARCELLINO, 2006). Stoppa (2005), em trabalho relacionado ao movimento hip-hop, aponta que a participação da mulher nas vivências de lazer relacionadas ao movimento somente ocorrem após uma tripla jornada de trabalho, em que as mulheres disc-jóquei (Djs) conciliam as tarefas domésticas, o hip-hop e o trabalho.

Apesar de todas as conquistas femininas durante as últimas décadas, ainda vivemos em uma sociedade machista, que privilegia as questões masculinas em relação direta às femininas, bastando para tanto ver como isso acontece em diferentes áreas da vida social, como empregos, salários, participação política, entre outras, situação que não é diferente em relação ao lazer da mulher.

Outra questão importante é ligada às barreiras de acesso aos espaços de lazer. Com o desenvolvimento acelerado das áreas urbanas

e a concentração dos espaços de lazer em áreas centrais ou mais valorizadas, grande parte da população vive, em sua maioria, nas áreas mais periféricas dos centros urbanos e, assim, distantes dos principais equipamentos de específicos de lazer de uma metrópole como São Paulo (BRENNER; DAYRELL; CARRANO, 2005).

Além disso, ainda prevalece a questão de que as pessoas das classes populares evocam certo “ar de santuário” aos equipamentos específicos de lazer (CAMARGO, 1979), acreditando que espaços como museus, grandes *shopping centers*, teatros e bibliotecas não são para essa parcela da população (MARCELLINO, 2008).

Não resta mais dúvida de que quando falamos de espaço de lazer estamos nos referindo ao espaço urbano, pois é nele que encontramos o maior contingente populacional e o maior número de equipamentos específicos de lazer que atendam aos diversos interesses culturais da sociedade, assim como os maiores centros educacionais, hospitais, ofertas de emprego, centros culturais, entre outros itens (MARCELLINO, 2008).

A centralização desses espaços em áreas centrais ou valorizadas, com a consequente escassez destes nas regiões periféricas da cidade, levanta a necessidade de se pensar em questões importantes a fim de minimizar os problemas advindos de tais situações. De acordo com Marcellino (2008), se o espaço de lazer e suas vivências é privilégio de poucos, a sua democratização não pode ficar na dependência da construção de outros equipamentos específicos de lazer, mas na conservação dos espaços de lazer já existentes, bem como na divulgação dos mesmos, além da revitalização do patrimônio ambiental urbano.

Outra questão importante ligada aos equipamentos específicos é a necessidade das ações serem desenvolvidas com a adaptação dos equipamentos não específicos de lazer. Entre eles podemos citar a casa, a rua, o bar e a escola, equipamentos importantes em uma política específica na área do lazer, mas que também trazem problemas em sua utilização.

Segundo Marcellino (2006), a casa é o principal equipamento não específico, com grande parte da população urbana utilizando seus espaços para o desenvolvimento do lazer, principalmente as classes populares que possuem esses espaços com menores condições para tal utilização.

Os bares tradicionais também se inserem nesta categoria, mas, atualmente, eles vêm perdendo seu valor associado ao encontro social e ao bate papo, sendo substituídos pelos atuais *fast foods*, que são ambientes de consumo rápido que desestimulam a convivência entre pessoas. Já as ruas estão cada vez mais se tornando simples lugar de passagem, com a perda crescente das manifestações populares, cada vez mais restritas às festas tradicionais religiosas ou populares como o carnaval, desestimulando a sua utilização como espaço de encontro, pertencente à identidade e cultura de uma comunidade (MARCELLINO, 2006).

As escolas, estruturadas com pátio, quadras, salas e auditórios, capazes de abranger os diversos conteúdos culturais do lazer, poderiam ser nos dias atuais os equipamentos não específicos melhor adaptados para a vivência do lazer nos finais de semana e férias (MARCELLINO, 2006). Programas específicos desenvolvidos pelos governos da cidade de São Paulo e do Estado de São Paulo, como o Centro Educacional Unificado (CEU) e o Programa da Escola da Família, poderiam desenvolver o interesse do setor público de abrir as escolas nos finais de semana a fim de oferecer vivências de lazer, esporte e cultura aos jovens¹.

Entretanto, o que se observa é que a simples abertura da escola aos finais de semana não garante o desenvolvimento das ações da forma como entendemos que a questão deveria ser tratada. Além disso, outros problemas podem ser encontrados, como o risco de depredação, temor da direção para a abertura e uso da comunidade, situação contrária à apontada por vários estudos que observaram maior vínculo das pessoas com o espaço quando efetivamente visualizam o local como pertencente à comunidade (MARCELLINO, 2006).

Outro autor a abordar as relações do lazer com a escola é Pacheco (2006) que conceitua de duas formas as vivências de lazer que utilizam o espaço escolar: “o lazer na escola” e “o lazer da escola”. O lazer “na” escola apenas utiliza seu espaço sem vínculo com a educação e com as propostas da escola, como espaço sendo utilizado devido a falta de outro. Já o lazer “da” escola

¹ Disponível em <<http://escoladafamilia.fde.sp.gov.br/v2/Subpages/sobre.html>>, Acesso em 21/out/ 2010.

considera tais atividades como parte integrante do projeto pedagógico dela, buscando articular sua proposta com a realidade e o cotidiano dos alunos; assim, nessa perspectiva, “o fim de semana deve ser articulado ao cotidiano escolar e ao objetivo fundamental da escola: educar”.

O que se vê, geralmente, nesses programas de abertura das escolas nos finais de semana e férias, é que tais iniciativas possuem uma relação quase nula com os objetivos da escola, caracterizando o chamado “lazer na escola”. É comum não encontrarmos um planejamento e um programa de animação sociocultural, no que diz respeito aos eixos Esporte e Cultura do programa, bem como profissionais qualificados para atuarem nessas iniciativas, com o êxito nas ações diretamente relacionado não à matriz do programa, mas à coordenação geral do projeto dos diferentes locais.

Além de problemas como a carência de espaços de lazer, um item a ser levantado é a questão da violência e da falta de segurança nas cidades, outra das barreiras intraclasses sociais do lazer, pois esses são elementos que influenciam bastante no lazer das pessoas, podendo até impedi-las de realizar suas escolhas. São questões que podem incentivar as pessoas a se manterem em seus lares, sem muitas opções de lazer a não serem as mídias, como a televisão e a internet (MARCELLINO, 2008). É por isso, também, que as ruas e praças estão perdendo sua característica de espaço para o lazer: a violência, a falta de manutenção e mesmo a utilização desses espaços para outras situações de grande impacto para a saúde coletiva e não relacionadas às atividades de lazer são grandes problemas enfrentados nos centros urbanos.

A respeito do espaço público Rolnik (2009, p.183), afirma que

como reflexo destes fenômenos combinados instalou-se na sociedade, em relação à cidade e ao espaço público, uma espécie de agorafobia coletiva. Em um primeiro momento aconteceu a fuga, o não uso, o esvaziamento da função pública simbólica identitária da cidade; posteriormente, essa agorafobia se transformou em medo, rejeição, pavor do espaço público, porque não se caracterizava mais como protetor, como “conector” e integrador. Pelo contrário, é cada vez mais percebido como um lugar de exercício da violência, porque foi dissolvendo-se o contrato que permitia que a diversidade não se expressasse em

violência, e se rompeu a dimensão pública pluriclassista e heterogênea com a criação de guetos, de espaços privados, fechados e homogêneos.

Segundo Rodrigues (2008, p. 8), outro problema enfrentado nas cidades e no período que vivemos é que

[...] os espaços públicos estão sendo privatizados, comportando usos coletivos excludentes e normatizados. É o caso dos condomínios fechados em áreas litorâneas que interditam ilegalmente o acesso às praias que são espaços públicos garantidos legalmente. O mesmo acontece com os hotéis e *resorts* que têm privatizado grandes trechos de praias em todo o litoral brasileiro, sem exceção.

Assim, esses problemas nunca terão um fim se não pensarmos em políticas públicas que sejam capazes de fornecer acesso ao lazer a todos os cidadãos e, ainda, que pensem na manutenção efetiva de uma política de animação sociocultural nesses espaços, que proporcionem vivências relacionadas à cultura e ao modo de vida das pessoas.

Uma das formas de reduzir as inúmeras barreiras encontradas é por meio do duplo processo educativo do lazer (MARCELLINO, 2006; CAMARGO, 1998), a educação pelo e para o lazer, em suas relações com a Educação, no qual se deve entender o lazer como forma de desenvolver ações nas áreas que busquem considerar não apenas suas possibilidades de descanso e divertimento, mas também de desenvolvimento pessoal e social, na busca da formação crítica dos cidadãos. Para isso, é necessário entender o lazer, não de uma perspectiva funcionalista, mas como possibilidade de reivindicação social, ou resgate da cidadania, tudo por meio da participação cultural.

A visão funcionalista entende o lazer enquanto válvula de escape, vivenciado de modo a ajudar as pessoas a conviverem com as injustiças sociais observadas no cotidiano, colaborando com a manutenção da situação social vigente. São encontradas pelo menos quatro abordagens, sendo elas a compensatória, a romântica, a utilitarista e a moralista (MARCELLINO, 2006).

De acordo com o autor supracitado, a abordagem compensatória restringe no lazer a razão da existência e o ideal de felicidade dos indivíduos. Segundo Dumazedier (2000), a cada dia que passa,

o trabalho é apenas um elemento importante para a sobrevivência e obtenção de renda as pessoas. Ou, ainda, é um meio de conquistar o lazer, tempo no qual as pessoas alcançam a felicidade e que pode ajudar a superar e compensar as tensões da vida de trabalho. Assim, em certos aspectos, o tempo de trabalho esta sendo o chamado “ganho lazer” e nada mais que isso, as pessoas trabalham para obter lazer, felicidade e prazer. Lazer como um prêmio de compensação para superar os problemas da vida profissional e familiar.

Já a visão romântica é marcada pela valorização do passado e da sociedade tradicional de antigamente (MARCELLINO, 2006). De acordo com Camargo (1992), no período da sociedade tradicional, as pessoas não tinham uma divisão entre o tempo lazer e trabalho, o período de trabalho respeitava o ritmo natural do dia e o ritmo dos trabalhadores. Como diz o mesmo autor:

[...] A labuta iniciava ao alvorecer e terminava quando a luz do dia faltava, mas havia as pausas impostas pelo cansaço, dos domingos e feriados religiosos, das entressafas; a chuva era pausa forçada (CAMARGO, 1992, p. 35).

Assim, não havia tanta obrigatoriedade, disciplina e rigidez naquele período, como encontramos atualmente na sociedade industrial. Nas sociedades tradicionais, a produção era principalmente de subsistência e não havia o tempo do relógio que determinava o início e fim do tempo de trabalho e de lazer, enquanto, na sociedade industrial, o trabalho “impunha uma cultura própria, de economia de gestos, de produzir mais no menor tempo possível, de acumulação de bens”, o que faz as pessoas quererem voltar para o passado (CAMARGO, 1992, p. 35).

A abordagem moralista entende o lazer pelo seu lado negativo relativo às manifestações humanas (MARCELLINO, 2006) e, aqui, vale abrir um parêntese para salientar que, embora o lazer seja um tempo e espaço para manifestações culturais, sociais e políticas que contribuam para a melhoria da qualidade de vida das pessoas, o mesmo, sendo um fenômeno social, envolve pessoas, que têm em seu tempo de lazer a liberdade em realizar atividades ilegais ou negativas para o desenvolvimento social, como o caso dos “rachas” (corridas noturnas) e a realização de atividades que podem potencializar o uso de drogas proibidas.

Apesar de polêmico, ao contrário de apenas proibir a prática de tais questões, valendo-se da abordagem moralista do lazer, devemos estar atentos para pensar em alternativas para o desenvolvimento de atividades como as citadas acima, sem negar tais possibilidades, uma vez que a simples proibição geralmente tem efeitos contrários, levando as pessoas a descumprirem determinações e desenvolver as questões na ilegalidade. Além disso, é importante destacar que esses e outros casos devem ser analisados e discutidos de modo mais amplo, ultrapassando as questões ligadas ao lazer, ampliando as relações com as demais políticas governamentais (CAMARGO, 1998).

Por fim, a visão utilitarista entende o lazer de forma utilitária (MARCELLINO, 2006), enquanto instrumento de desenvolvimento institucional e/ou mesmo de uma cidade, um país, desconsiderando o indivíduo, suas necessidades e desejos.

Assim, o lazer acompanha as mudanças ocorridas na sociedade e seu significado se transforma a partir de suas relações com as diferentes áreas de atuação humana como a cultura, a história, a educação. Na antiguidade, o lazer servia de inspiração para grandes descobertas, com o tempo de ócio, de reflexão e prazer buscados por todos e, na atualidade, vem sendo entendido, geralmente, de forma funcionalista, relacionado com o consumo alienado, como forma de reduzir as tensões do trabalho ou para manter a ordem social.

No entanto, o entendimento do lazer utilizado no trabalho não se restringe a uma posição assistencial ou assistencialista em suas ações. Pelo contrário, é uma questão de cidadania, com a necessidade de políticas específicas que possibilitem sua vivência enquanto direito social, por meio do duplo processo educativo do lazer, sua contribuição para busca de mudanças do sistema, para criação de valores de cidadania, de formação de identidade, de qualidade de vida, de prazer e cultura vivenciada pelas pessoas, contribuindo para a redução das barreiras, a partir da formação educativa e cidadã dos indivíduos, em busca da efetiva participação cultural.

Participação Cultural e Cidadania

A mobilização de diferentes extratos da sociedade civil, no desenvolvimento de políticas públicas nas diferentes áreas do social,

tem aumentado gradativamente no país, ações essas que têm como característica principal a perspectiva de atendimento a parcelas da população excluídas do processo de participação da sociedade.

Participação cultural, por sua vez, é um tema abordado há certo tempo por diversos estudiosos, cada qual utilizando uma vertente diferente do assunto. No entanto, há um consenso de que o termo se refere a uma mobilização que vai além de movimentos sindicais ou questões políticas.

Contudo, vale a pena lembrar a forma pela qual essa mobilização ocorre, pois ela deve ser considerada, uma vez que o exercício crítico e criativo do movimento é um fator a ser buscado pela mobilização e participação, entendidas como uma das bases para a mudança da sociedade, uma mudança em busca da instauração de uma nova ordem social e cultural.

A discussão da participação popular tem início juntamente com o surgimento das políticas públicas, pelo fato de que uma das obrigações do poder público seria o de fornecer à população condições adequadas de infraestrutura e oportunidades para o desenvolvimento da qualidade de vida da população.

Segundo Naves (2003), ainda é de extrema relevância levar em conta que o Brasil, bem como outros países, adotou um modelo econômico e rendeu-se a interesse de organizações como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, que levaram a uma nova forma de condução das políticas públicas em diversos campos.

Diante desse contexto a participação cultural surge como meio de preencher as lacunas deixadas pelo poder público em diversos setores que, segundo Desaulniers (1997), vêm se agravando devido às transformações no mundo contemporâneo, em consequência do aprimoramento acentuado da tecnologia e mudanças culturais e sociais.

Ayoub (1993), ao discutir a importância do processo de democratização do lazer na sociedade, com base nas reflexões de Chauí (1989b), afirma que para o indivíduo existir socialmente é indispensável participar, uma vez que não há participação sem informação, o que significa que não há democracia, caso não aconteça a participação. Nesse sentido, sem um compromisso com o desenvolvimento de uma consciência crítica, a informação

torna-se alienante e manipuladora, deixando assim de garantir uma efetiva participação.

Analisando também a questão, Chauí (1989b) afirma que é necessário a participação popular criar suas próprias leis e regulamentos, uma vez que só assim ela se tornará política e democrática. Para a autora, a participação seria “o direito de tomar as decisões políticas, de definir diretrizes políticas e torná-las práticas sociais efetivas [...]” (p. 56).

Outro autor a discutir a participação é Demo (1996). Para ele, é importante estar atento às armadilhas encontradas na lógica do poder, onde a melhor farsa é a da roupagem da participação, situação esta doada pelo poder e não conquistada pelo desigual. Para Demo “[...] participação não pode ser dada, outorgada, imposta. Também nunca é suficiente, nem é prévia. Participação existe, se e enquanto for conquistada. Porque é processo e não produto” (p. 97).

Segundo o autor, poder inteligente é aquele que distribui assistências, desmobilizando a adversário através de suas políticas assistencialistas, ao passo que a redução da desigualdade só será efetiva se ela for promovida pelo desigual e não pelo privilegiado, e aí está a sua competência. Neste ponto, é importante ressaltar a distinção feita pelo autor entre as políticas assistenciais e as assistencialistas. Enquanto estas têm como estratégia a manutenção das desigualdades sociais, aquelas são direcionadas, por direito humano, a grupos que não se auto sustentam em relação às suas necessidades imediatas.

No entanto, para que a autopromoção se estabeleça é necessária a presença do homem político, que é aquele politicamente competente, que não se ilude com suas limitações, mas, ao contrário, busca enfrentá-las, organizando-se para preservar seus direitos.

O autor chama a atenção para a importância da organização política, como canal de participação, seja ao nível de grupos de interesses ou ao nível das comunidades, sendo as várias formas de associativismo fundamentais para o exercício da democracia, pois assim aprendemos “a eleger, deseleger, a exigir prestação de contas, a reivindicar rodízio de poder, a competir em clima de negociação, a reclamar representatividade das lideranças, a insistir

na legitimidade do acesso ao poder e assim por diante” (DEMO, 1996, p. 25).

Discutindo a questão do associativismo, através do lazer, Marcellino (2006) cita uma série de formas associativas informais que, por não aparecerem nas estatísticas ou não serem devidamente estudadas, contribuem para constatações, equivocadas, de que o brasileiro não é associativo quando comparado a outros países. Porém, como lembra Oliveira é

[...] extremamente importante considerar a presença dos grupos de encontro, a reunir pessoas com problemas comuns, que se unem a fim de encontrar apoio mútuo e soluções para resolver seus problemas. Trata-se de uma atividade característica dos interesses sociais no lazer, que revelam facetas pouco conhecidas dentro do associativismo, mas que, de modo algum pode ser deixada de lado, sob pena de se relegar na prática associativa justamente as formas voluntárias, não impostas, não dirigidas, espontâneas e autênticas de relacionamento social (1981, p.01).

Analisando essa participação em movimentos sociais, como um processo de aprendizagem política em que pessoas e grupos aprendem a organizar-se, mobilizando recursos e traçando estratégias de ação, Sandoval (1989) aponta alguns fatores que podem impulsionar ou, na sua ausência, manter as pessoas alheias à mobilização, tais como: fatores demarcadores das fronteiras dos agrupamentos e da comunidade; fatores contribuidores à solidariedade; fatores relacionados à vida organizativa e ao repertório de ações coletivas.

A primeira questão envolve fatores que caracterizam a localização da comunidade em termos de moradia ou trabalho, bem como os significados psicossociais atribuídos a essas questões pela coletividade. O segundo aspecto são fatores ligados à solidariedade, que podem ser classificados em categorias sociais, ou seja, agrupamentos de pessoas que se diferenciam de outros grupos por compartilhar critérios ou atributos semelhantes, ou em redes sociais, o conjunto de indivíduos interligados por uma variedade de relações sociais. A vida organizativa da comunidade se dá através da combinação das categorias sociais com as redes sociais.

Nessa questão, a noção de grupo, com sua coesão social, faz-se importante. Vários aspectos são relevantes para que a organização aconteça, tais como: a estrutura, as funções, o apoio das

organizações, as metas, as lideranças e outros atores do movimento, na sua interação com a população, entre outros.

Por fim, os repertórios de ações coletivas são entendidos como “acervo de experiências em mobilizar recursos e agir coletivamente e o valor atribuído a essas experiências” (SANDOVAL, 1989, p. 72). Para ele, as ações coletivas dependem tanto da experiência das pessoas na realização das ações, como da extensão e capacidade da coletividade em agregar recursos e engajar membros da comunidade na utilização desses mesmos recursos nas ações a serem realizadas.

Outro autor a discutir os processos pelos quais os indivíduos avaliam e reconhecem aquilo que os identificam e, com isso, os levam a agirem em conjunto é Melucci (2001). Segundo ele, o potencial de mobilização por meio das redes de recrutamento e a motivação em participar indicam bons caminhos para delimitar a questão colocada anteriormente.

Sobre o potencial de mobilização, o autor refere-se à quota da população que tem atitudes favoráveis à participação em movimentos sociais. Ele baseia-se na unidade entre as pré-condições objetivas e as atitudes subjetivas, de modo a transformar essas últimas em ação. As redes de recrutamento possuem papel importante, pois facilitam o envolvimento entre as pessoas, desonerando o investimento necessário para a consolidação da ação. Segundo o autor, “os indivíduos interagem, influenciam-se, negociam no interior dessas redes e produzem os quadros cognitivos e motivacionais necessários [...]” (MELUCCI, 2001, p. 67). Assim, a motivação para participar, o terceiro item citado anteriormente, não pode ser entendido somente como um fator individual, pois a estrutura dos incentivos é reconhecida e atribuída como valor pelos indivíduos por meio das redes de relacionamento, influenciando na motivação de modo determinante.

Em outro trabalho, Sandoval (2001) analisa o processo de conscientização política, na participação nos movimentos sociais, utilizando um quadro configurativo que, em algumas categorias, assemelha-se às questões iniciais discutidas pelo autor.

Para ele, as formas de ações individuais e coletivas têm início a partir de um sentimento de pertencimento, de identidade coletiva, que se desenvolve no interior de sentimentos de solida-

riedade e de identificação com interesses comuns, associados às crenças e valores da comunidade.

O desenvolvimento desses sentimentos de pertencimento pode contribuir, por um lado, para a visualização de adversários com interesses antagônicos e conflituosos aos interesses do movimento e, com isso, levar as pessoas ao desenvolvimento do sentimento de injustiça nas ações realizadas contra a coletividade.

Por outro lado, paralelamente às questões anteriores, pode também ocorrer um sentimento de eficácia política nas pessoas, com crenças e expectativas em relação à situação social, visualizando a possibilidade de mudança nas vivências cotidianas, as contribuições que podem ser dadas para a comunidade, e, assim motivá-las a agir em grupo, por meio do comprometimento de cada um com as ações e com a avaliação dos fatores situacionais da ação coletiva. O desenvolvimento em conjunto dessas categorias acabaria por impulsionar o estabelecimento de metas e de repertórios de ações tanto individuais quanto coletivas, definindo, dessa forma, a consciência política dos participantes dos movimentos sociais (SANDOVAL, 2001).

Porém, o processo de conscientização, mobilização e participação política das pessoas não ocorre de forma automática. Isso acontece devido às restrições da vida cotidiana, que acabam por dificultar as oportunidades de desenvolvimento da politização dos indivíduos.

De acordo com Sandoval (1989), a naturalidade das relações sociais e a estrutura da vida cotidiana dificultam o desenvolvimento da capacidade abstrata do indivíduo e, diante dessas dificuldades, a vida cotidiana acaba caracterizada como fragmentada, heterogênea, hierarquizada, em termos de valores e critérios sociais, e preconceituosa e estereotipada, na definição de pessoas desconhecidas. Isso termina por influenciar a consciência das pessoas, de forma a desenvolver um sentimento de ineficácia política, transcendentalizando ou individualizando as injustiças sociais e, com isso, ocasionando a desmobilização e a não participação nos movimentos sociais.

Assim, se o desenvolvimento de alguma das categorias do processo de conscientização política for induzido pelos processos de neoliberalização e globalização, como, por exemplo,

a fragmentação da identidade coletiva, o processo de conscientização política da coletividade seria afetado, ocasionando o desenvolvimento de uma ação totalmente diferente, calcada em formas de ações individuais e coletivas de compensação, e não de questionamento dos valores sociais injustos, ocasionando, ao contrário da mobilização, um sentimento altamente desmobilizador (SANDOVAL, 2001).

Essa forma de entender a participação cultural no lazer é, fundamentalmente, contra a sua vivência, como se fosse uma válvula de escape na sociedade, situação encontrada com seu desenvolvimento dentro dos valores das abordagens funcionalistas, conforme apontado anteriormente. Isso ainda hoje ocorre em nosso cotidiano, pois ainda persiste na sociedade um sentimento de que lazer é algo supérfluo perante as demais necessidades.

Dentro desse entendimento equivocado, as pessoas deveriam, primeiramente, estar satisfeitas com aspectos como saúde, alimentação e habitação, para só então abordar os problemas relativos ao lazer.

Genro (1997) ilustra bem esse cenário ao afirmar que a sociedade civil passou a desenvolver processos autônomos que remetem a novas formas de construção da sociedade, alicerçada na solidariedade, em um novo modelo de consciência social, de forma a traduzir esta autonomia em atos concretos que efetivamente podem ser vivenciados pelas pessoas no cotidiano.

Daí a importância da experiência coletiva vista como processo educativo na vida diária, e o lazer, entendido de forma ampla, pode ser um excelente caminho para a vivência desse aprendizado, não de uma perspectiva funcionalista, que apenas ajuda as pessoas a conviverem com as injustiças da sociedade, mas como uma questão de cidadania, de participação cultural.

Agregado ao conceito de participação, Chauí (1989b) propõe uma reavaliação do conceito de poder, não o identificando, apenas como poder e força ou poder e Estado, mas como ação coletiva de cidadãos, que são capazes de determinar e conservar as diretrizes de decisões e de ações políticas, tornando o poder espalhado, portanto, em todo o tecido social. É nessa reavaliação do conceito de participação e de poder que ocorreria a ideia de descentralização, como forma de democratização das decisões políticas e, ao mes-

mo tempo, formação de diferentes espaços de poder, “[...] que são concorrentes, concomitantes, divergentes, contraditórios (quando forem classes sociais) e, frequentemente, convergentes” (p. 56).

Nesse sentido, Carrara (1996) ressalta a necessidade de importantes componentes básicos do planejamento estarem presentes nas ações, como a noção de formação, em contrapartida à noção de adestramento, que podem estar vinculados às políticas sociais. Segundo ele, um bom projeto de cidadania deve incluir

[...] a noção de sujeito social e não de recipiente passivo do saber, a noção de conquista e não de recipiente passivo do saber; a noção de direitos e deveres do cidadão; a noção de democracia como forma de governo melhor habilitada a tornar possível a participação; a noção de liberdade, de igualdade e de comunidade, que levam a consolidação de ideologia comprometida com a redução de diferenças sociais. (CARRARA, 1996, p.16)

Assim, é na coerência do cotidiano vivido nas comunidades², na participação coletiva, que as soluções podem ser encontradas e vivenciadas. Esse cotidiano é, para Santos (2000, p. 36), a quinta dimensão do espaço, reunindo o presente fugaz e o futuro almejado, e

[...] aparece como coerência do grupo com seu entorno, com o meio, com o lugar, produzindo manifestações que, por essas raízes, são dotadas de força, e, de outro, permite a produção da transgressão, isto é, a capacidade de não aceitar o estabelecido, tanto na ideia, quanto na prática. Aliás, essa é a única forma de produzir o futuro.

Ao discutirmos a questão da cidadania e da participação popular em atividades de lazer como meio de proporcionar a melhoria da qualidade de vida de determinadas comunidades, não podemos deixar de levantar a questão do animador sociocultural, educador que é quem tornará possível o desenvolvimento de ações comunitárias na perspectiva acima apresentada.

Dentre os autores que se dedicaram a discutir o tema do lazer, existem as mais variadas denominações e características em relação

² Comunidade é entendida como o sentimento de pertencer “[...] a uma unidade de destino [...]”, a um grupo de pessoas com objetivos comuns (CHAUÍ, 1989b, p. 51).

aos especialistas desta área. Destacamos entre elas: “líder recreacional” (GAELZER, 1979, p. 78), “aconselhador em lazer” (MEDEIROS, 1980, p. 51), “consultores de lazer” (RIESMAN, 1971, p. 370), “agente cultural” (COELHO NETO, 1986, p. 16), “militante cultural” (GARCIA, 1995, p. 23), e “animador sociocultural” (CARVALHO, 1978, p. 150). Em nosso trabalho utilizaremos o conceito de animador sociocultural para discutirmos o papel de quem age como intermediador entre o lazer e a população.

O papel do animador sociocultural merece relevância neste estudo porque acreditamos que a sua atuação é um canal possível de transformação do lazer como espaço privilegiado para a vivência de novos valores, tendo como característica principal a busca do desenvolvimento pessoal e social dos envolvidos.

Analisando a formação de especialistas, de uma maneira geral, Chauí (1989a) coloca o discurso competente do especialista “entre a experiência real de cada um e a sua vida” (1989a, p. 58) devido à vulgarização e banalização dos recursos científicos, por influência dos meios de comunicação de massa. Para ela, esses discursos são um importante modo de dominação, uma vez que podem gerar a incompetência tanto individual, quanto coletiva. Assim, procura-se

[...] convencer cada indivíduo de que estará fadado à exclusão social se cada uma de suas experiências não for precedida de informações competentes, que orientem sua ação, seus sentimentos desejos e fins (1989a, p. 60).

Por sua vez, Silvestre Neto (1980) aponta que, com a crescente importância do lazer, ocorre uma necessidade de disseminação de equipamentos de lazer, mas que, por si só, isso não é garantia de uma ação eficaz. Para ele, é necessária a associação com um sistema de animação cultural eficiente, a fim de se garantir, assim, além do repouso e divertimento, a função do desenvolvimento do lazer. O autor especifica a figura do animador sociocultural, que teria as seguintes características: ponderável bagagem cultural, ligação afetiva à prática cultural, ação sociocultural voluntária, caráter opinativo, intenção de exercer influência, desconfiança da rotina e do consumismo e, por fim, inquietação face à situação cultural - crença na ação.

Mesmo concordando com a necessidade de atuação de um sistema de animação eficaz, entendemos que as afirmações de

Silvestre Neto devam ser melhor analisadas, pois o autor, em momento algum, mostra preocupação e discute os possíveis riscos que possam surgir a partir da atuação dos animadores socioculturais acima caracterizados. Assim, é importante discutir o modo como se dá a atuação destes especialistas, uma vez que ela, ao invés de privilegiar a participação minimizando as barreiras socioculturais, pode incentivar a não participação através da dominação, via discurso competente.

Tal questão é também analisada por Bruhns (1990) que afirma que o agente social, em seu trabalho com as camadas populares, geralmente busca levar as pessoas ao cumprimento de determinadas tarefas históricas. Segundo a autora, “o agente acredita possuir uma verdade que deve ser transmitida para o grupo social envolvido e desta forma definir os interesses deste último” (BRUHNS, 1990, p. 213).

Para essa autora, a questão não se prende à presença do especialista, mas ao modo como ele atua. Neste sentido, os agentes devem realizar as atividades de acordo com o modo de vida das pessoas, “não impondo modelos estabelecidos de uma racionalidade diferente daquela pertinente às classes ‘carentes’” (BRUHNS, 1990, p. 212-213). Ainda segundo a autora, as propostas de trabalho junto às classes populares (e eu estenderia à participação de todas as classes) não devem ser “[...] ‘para elas’, mas ‘com elas’, ‘a partir delas’” (p. 213).

Discutindo a questão da participação e da animação sociocultural, Marcellino (1986b) enumera uma série de riscos que pode ocorrer na atuação do especialista de lazer. Esses riscos seriam: a possibilidade de direcionamento das atividades deixando de lado o papel pedagógico da animação e contribuindo para reforçar os valores da ideologia dominante ou encorajando práticas tradicionais; a realização dos “pacotes” de lazer, elaborados nos gabinetes, para simples consumo e deixando a desejar em termos de participação efetiva; tendência ao isolamento do profissional para um único conteúdo cultural do lazer, abandonando os demais conteúdos e as outras áreas de atuação humana; a visão “moralista” do lazer, podendo transformar o especialista numa espécie de censor das manifestações; à tendência a valorização das suas preferências em conteúdos e gêneros; e riscos devido à

atuação institucionalizada, na qual a ação pode estar centrada não nos grupos envolvidos, mas na instituição patrocinadora da ação.

Assim, a atuação dos especialistas de lazer, na busca de uma participação realmente efetiva, ultrapassa a questão da informação e do conteúdo, ganhando especial destaque a forma como sua atuação está sendo processada, pois, segundo Ayoub (1993), qualquer imposição para o grupo social envolvido resulta em dominação e, conseqüentemente, em não participação efetiva:

Assim para a autora acima, “[...] somente, o compartilhar, o diálogo pode gerar uma relação de crescimento que se distancie cada vez mais dos riscos da dominação e alienação” (AYOUB, 1993, p. 45).

Conforme apresentado anteriormente, utilizamos neste estudo a denominação de animador sociocultural, porque acreditamos na ação desenvolvida, que é essencialmente pedagógica e de grande importância, embaixadora de novos valores para a efetiva participação no lazer.

Discutindo a questão da animação sociocultural, Carvalho (1978) a define como uma ação espontânea e/ou provocada, permitindo ao indivíduo assumir o seu desenvolvimento. Para tanto, o animador deve ter uma profunda consciência da cultura e das necessidades das pessoas com quem atua. É por isso que sua ação se realiza durante o tempo livre das pessoas, respeitando as seguintes características: adesão livre e espontânea, liberdade de escolha do comportamento a adotar, respeito pelas suas características e aceitação dos seus pontos de vista.

A partir da perspectiva acima, a ação do animador sociocultural, termo de utilização recente, de acordo com Carvalho (1978), no mundo da cultura e da ação social, busca a unificação do desenvolvimento social e do desenvolvimento cultural, capacitando o indivíduo para entender lucidamente o mundo e nele construir o seu caminho.

Procurando esclarecer o conceito, o autor acima afirma que a animação sociocultural deve visar:

- Uma maior compreensão das pessoas em relação a si próprias e ao mundo que as cerca, de modo a poderem apreender, com maior clareza e profundidade, os problemas que dizem respeito à sua profissão, aos indivíduos que os cercam, à família, etc.;

- Uma maior compreensão da sociedade em que o indivíduo se encontra, única forma de poder participar mais empenhadamente e atuar mais intensamente na pesquisa das soluções, sempre renovadas, dos problemas da sua comunidade;

- Uma mais extensa preparação para receber e ser capaz de se afirmar frente às constantes alterações provocadas na sociedade pelo progresso científico e técnico, o que o levará a ter que se pensar constantemente as coordenadas que definem o comportamento do indivíduo (CARVALHO, 1978, P. 150).

De acordo com suas ideias, a ação do animador sociocultural deve se apoiar sobre a técnica e o “espírito” da ação (entendida aqui enquanto respeito, humildade e autoridade). Para ele, esses dois elementos “constituirão um todo único e indissolúvel, sendo fundamental não valorizar um sobre o outro” (CARVALHO, 1978, p. 154). É importante destacar que esses elementos dependerão da situação em que se encontra o animador e em que se integram os seguintes fatores:

- o grupo a animar;
- o animador;
- a personalidade individual de cada elemento;
- a técnica a empregar pelo animador;
- a posição que o grupo ocupa frente a essa técnica;
- o ambiente sócio-cultural em que toda a ação tem lugar;
- o equipamento que é posto à disposição do grupo;
- o clima psicológico em que a ação se desenrola (CARVALHO, 1978, p. 155).

Para que a ação do animador sociocultural consiga o alargamento da consciência dos indivíduos, é necessário que ela se realize através das noções de facilitação, clarificação, catalização e promoção (CARVALHO, 1978).

Para Marcellino (1986b), a questão da animação sociocultural é entendida como

[...] atividade desenvolvida por profissionais ou amadores que dominem pelo menos um setor cultural e que tenham como característica adicional uma consciência so-

cial que os impele a querer difundir esse seu bem cultural (1986b, p. 61).

Complementando o pensamento, para Marcellino (1986b, p. 61), a formação desse especialista deve ser “[] calcada na competência técnica, na vontade social e no compromisso político com a mudança da situação nos planos cultural e social”, situando sua ação “[...] como mediadora entre o patrimônio cultural e a cultura vivenciada no cotidiano, num trabalho de democratização cultural” (p.61-62).

Assemelhando-se à colocação de Carvalho sobre o animador sociocultural, fica evidente, nas afirmações dos dois autores, o caráter pedagógico, educativo da ação do profissional do lazer.

O profissional deve trabalhar com uma profunda consciência das necessidades das pessoas, a partir da cultura vivida, embasado em sua competência técnica e compromisso político, oferecendo a maior quantidade de informações possíveis, para que os envolvidos no processo possam fazer uma opção realmente consciente e que, através de suas participações, busque o desenvolvimento pessoal e social dos mesmos.

Em relação ao papel do animador sociocultural, Ayoub (1993, p. 50) afirma que

O grande desafio que se lhes apresenta é o de trabalhar objetivando uma educação pelo e para o lazer (duplo aspecto educativo do lazer - veículo e objeto de educação), que possibilite a vivência dos diferentes conteúdos culturais do lazer, nos vários gêneros, intencionando a superação de níveis conformistas a críticos e criativos, contribuindo, assim, para gerar atitudes críticas e criativas que certamente influenciarão outros campos da atividade humana.

Ou seja, é a consideração da especificidade “concreta” do lazer, geradora de novas experiências e estimuladora da participação e da cidadania. Para tanto, ela exige a formação de um novo especialista, engajado em equipes multidisciplinares, diferente do especialista tradicional, unidimensional e superficial, gerador da incompetência e não participação. E esse novo especialista deve dominar sua especialidade dentro de uma visão de totalidade, necessitando, para isso, uma sólida cultura geral, que lhe permita

relacionar o lazer com as demais áreas e uma constante reflexão (MARCELLINO, 1999).

No entanto, ainda percebemos uma grande quantidade de profissionais atuantes que não possuem uma formação adequada e que, por muitas vezes, acabam por trabalhar de maneira simplista com o público. Em situações mais alarmantes ainda podemos verificar uma atuação de “especialistas” que acabam por empregar “pacotes de lazer” que não correspondem à realidade da comunidade com a qual estão trabalhando, direcionando, assim, programas que os próprios julgam ser a melhor opção. Colocam-se, dessa forma, como detentores do saber, devido ao seu conhecimento acadêmico, levando a população a uma reflexão dirigida a respeito dos problemas que elas próprias enfrentam.

Assim, uma das características mais importantes que deve estar presente no cotidiano do animador sociocultural é a compreensão de que os programas de lazer devem sempre ser feitos não para o público, mas, sim, em conjunto com aqueles a quem o programa é destinado. Pode-se dizer que seu principal objetivo é proporcionar a transformação social pelo desenvolvimento de uma consciência e responsabilidade por parte dos integrantes da comunidade, consciência essa que pode ser adquirida por meio de atividades de lazer, inseridas em políticas específicas na área e que gerem questionamentos sociais.

Políticas Públicas de Lazer

No campo de abrangentes conceitos e definições, conceituar políticas públicas de uma maneira clara e sucinta, não perdendo ou desvalorizando a amplitude do seu significado, é um imenso desafio, uma vez que esse fenômeno possui uma integração ampla com diversas áreas do conhecimento.

Para Rodrigues (2010), as políticas públicas são o processo no qual os diversos grupos sociais tomam as decisões coletivas, cujos interesses, valores e objetivos são divergentes, mas condicionam o conjunto da sociedade. Tal entendimento pode ser complementado por Muller e Surel (1998), que apontam que estas devem ser entendidas enquanto o processo de elaboração e implementação de programas de ação pública direcionados a atingir, em princípio, objetivos explícitos.

Por esse conceito carregar um entendimento de política pública, em seu planejamento, execução e avaliação, atribuímos a questão enquanto responsabilidade do governo em fomentar projetos e proporcionar benefícios aos seus cidadãos. Para que isso aconteça temos como atores de todo esse processo os teóricos e representantes públicos que trabalham em nome do governo no direcionamento de idéias e de investimentos e fazem prestações de conta do dinheiro gasto em favor de projetos para a sociedade (SOUZA, 2006). Toda essa organização política está estruturada nas mãos dos gestores e daqueles que fazem o seu acompanhamento, monitorando e controlando as iniciativas públicas (RODRIGUES, 2010).

Höfling (2001) compreende a gestão de políticas públicas como sendo o Estado desenvolvendo um projeto de governo, por meio de programas de ações direcionados aos diferentes setores da sociedade, tais como esferas como educação, saúde, trabalho, segurança, habitação, transporte, esporte e lazer. Contudo, políticas públicas é essa junção multidisciplinar que tem como principal foco o fomento de iniciativas que priorizem problemas da sociedade, desenvolvendo estratégias e iniciativas que ampliem as dimensões políticas, tendo como objetivos as tomadas de decisões e negociações sociais. (FERNANDES, 2007).

Porém, de acordo com Almeida e Gutierrez (2004), estas duas últimas esferas têm as suas iniciativas ainda tímidas e necessitam de maiores investimentos em suas propostas políticas, uma vez que, em comparação com todas as áreas descritas acima, o lazer é uma opção mais fraca politicamente, estando muitas vezes dentro do cenário político em segundo plano.

Procurando resgatar valores perdidos ou esquecidos pela sociedade por meio do resgate e do aproveitamento do tempo livre dos indivíduos, Cruz (2000) aponta a necessidade de alguns critérios para o desenvolvimento de políticas públicas de lazer, tais como espaços, tempo e condições materiais necessárias e suficientes para o desenvolvimento das ações, além da opção por um poder público que participe e seja fomentador da organização popular e uma política pública que seja fruto da mais ampla participação dos habitantes das cidades.

Em âmbito nacional, o Brasil conta com a Secretaria Nacional de Desenvolvimento do Esporte e Lazer (SNDEL) para re-

dimensionar o papel desta problemática em nossa sociedade. A Política Nacional de Esporte, abrangendo as questões relacionadas ao lazer, é fruto da realização das Conferências Nacionais de Esporte e Lazer com importantes reflexos no cenário nacional, em busca de sua universalização.

Algumas experiências com políticas municipais comprometidas com o desenvolvimento da cidadania podem ser encontradas em administrações populares e progressistas. Cidades como Porto Alegre (RS), Rio Grande (RS), Diadema (SP), Santo André (SP), Belo Horizonte (MG), São José dos Campos (SP), Belém (PA)³, entre outras, apesar das dificuldades nas questões internas e externas de suas administrações, elaboraram e desenvolveram importantes políticas públicas relacionadas ao lazer e esporte, podendo ser citadas como exemplos positivos, em relação à questão do lazer, vista como prioridade, aliada a outros temas, considerados na maioria das vezes como mais “sérios” e que, por esse motivo, acabam por polarizar os esforços do poder público.

Portanto, as políticas públicas de lazer devem ter como base a intersectorialidade, que abrange diversas áreas sociais, proporcionando uma ampla discussão teórica da questão, apresentando os gestores públicos como representantes no fomento de projetos cujo foco está no bem-estar do cidadão.

Para Muller e Surel (1998), uma política pública tem três grandes características, possuindo: 1) um quadro normativo de ação; 2) a combinação de elementos de força pública e elementos de perícia e; 3) tende a constituir uma ordem local.

No primeiro caso, para que uma política pública exista, é necessário que as decisões sejam reunidas em um quadro geral de ação, funcionando como uma estrutura de sentido, mobilizando elementos de valor, de conhecimento e de ação particular, visando atingir os objetivos definidos pela relação entre o poder público e a comunidade.

O segundo ponto chama a atenção para a necessidade de uma interrogação constante sobre a posição do Estado em seu papel e a sua especificidade na ação, enquanto mediador das relações

3 Mais informações relacionadas às experiências das administrações dessas cidades podem ser encontradas em “MARCELLINO, N. C. Políticas Públicas Setoriais de Lazer: o papel das prefeituras. Campinas: Autores Associados, 1996” e em “MARCELLINO, N. C. (Org.) Lazer e Esporte. Campinas: Autores Associados, 2001”.

entre o espaço público e privado, e nesse sentido, em terceiro lugar ocorre a necessidade de se considerar o público envolvido na política pública, ou seja, o conjunto de indivíduos, grupos ou organizações que são afetados pela ação.

Em relação à noção de público, Muller e Surel (1998) chamam a atenção para as modalidades particulares de participação entre os “beneficiários” de uma política pública, com o modo e a intensidade da participação variando dependendo do espaço e do período de ação.

Outra questão importante em políticas públicas, para Muller e Surel (1998), diz respeito à definição de um quadro de análise, separando as políticas em uma série sequencial de ações, permitindo, com isso, acompanhar o seu desenvolvimento. Chamado de enfoque sequencial, a política pública é dividida em seis fases, sendo estas: 1) a inscrição na agenda através da identificação ou definição do problema; 2) a produção de soluções ou alternativas; 3) a decisão; 4) a implementação das decisões elaboradas; 5) a avaliação e; 6) a terminação, relacionada de forma polemica à questão da finalização ou à continuidade de uma política.

Para os autores, o enfoque sequencial apresenta tanto vantagens quanto desvantagens em sua aplicação. Sobre as desvantagens, apontam a visão por demais linear que o modelo apresenta, o que pode levar as pessoas a não perceberem diferentes nuances que as políticas públicas podem apresentar dependendo de cada situação, como a inexistência ou a inversão das etapas acima colocadas. Outra situação é a possível supervalorização da função das políticas públicas, levando as pessoas a acreditarem que essas poderiam resolver os problemas. Para Mueller e Surel (1998, p.15), as políticas públicas não podem ser desenvolvidas para resolver os problemas, pois, segundo os autores,

[...] os problemas são ‘resolvidos’ pelos próprios atores sociais através da implementação de suas estratégias, a gestão de seus conflitos e, sobretudo, através dos processos de aprendizagem que marcam todo processo de ação pública. Dentro desse quadro, as políticas públicas têm principalmente como característica o construir e transformar os espaços de sentido no seio do quais os atores vão

colocar e (re)definir os ‘seus’ problemas, e ‘testar’ em definitivo as soluções que eles apoiam. Fazer uma política pública não é pois ‘resolver’ um problema, mas sim construir uma nova representação dos problemas que implementa as condições sociopolíticas de seu tratamento pela sociedade e estrutura dessa maneira a ação do Estado.

Assim, fica mais uma vez registrada a importância da participação efetiva das pessoas na definição das ações relacionadas às políticas públicas a serem implementadas, a partir dos anseios e necessidades do público envolvido.

No entanto, em tempos de Globalização, com conseqüente crescimento da interdependência mundial, o que percebemos na sociedade brasileira é, cada vez mais, a adoção de políticas que partem do pressuposto da não intervenção do Estado em diferentes áreas, principalmente ligadas ao social, tuteladas a partir desse momento pelas regras de mercado. Dentro dessa lógica capitalista, a educação, o esporte, o lazer passariam a ser definidos não a partir das prioridades relacionadas às demandas sociais, mas a partir dos interesses ligados à questão econômica.

De acordo com Chauí (1995, p.78), no caso do Brasil,

[...] o neoliberalismo significa levar ao extremo a polarização carência-privilegio, a exclusão sociopolítica das camadas populares, a desorganização da sociedade civil como massa dos desempregados, a natureza oligárquica e teológica da política, o autoritarismo social e o bloqueio à democracia. Um dos efeitos mais terríveis do neoliberalismo brasileiro tem sido o esfacelamento dos movimentos sociais e populares que foram os grandes sujeitos históricos e políticos dos anos 70 e 80.

Sobre essa questão, Linhares (1998) observou, na nossa sociedade, que a função redistributiva do Estado, no final da década 80, estava comprometida não com a consolidação de um Estado democrático, mas com a necessidade de barganhas nos processos de legitimação política, de modo a funcionarem como instrumento para abrandar os conflitos ocorridos entre as classes sociais.

Em relação ao esporte e lazer, por exemplo, a autora afirmava que não existiam representações, no Estado Federal, que defen-

dessem os interesses dessas áreas como um direito social, sendo mais bem representados os interesses ligados ao esporte produtivo e de bases mercantis. Segundo Linhales (1998), o trânsito de interesses como os mencionados acima, privilegiava a seleção e a exclusão e, além disso, teria sido uma constante com a ausência de projetos políticos que se fundamentassem dentro de uma perspectiva democrática.

Dentro dessa lógica de pensamento, ao discutir a efetividade das políticas públicas para a educação física/esportes e lazer como políticas sociais, Linhales (1998) apontou para o fato de essas políticas desenvolverem-se, nesse período, baseadas na lógica capitalista de acumulação, como mecanismo para aliviar as tensões entre as diferentes classes sociais e com consequente manutenção da ordem vigente, fato que ocorre, certamente, ainda hoje, em diversas realidades país afora.

Para a autora, a área precisava passar por uma mudança de entendimento, em relação ao papel do Estado no desenvolvimento das políticas públicas. Essas, obrigatoriamente, deveriam, e ainda devem, nos dias atuais, caracterizarem-se pela participação popular para, efetivamente, serem reconhecidas como políticas sociais.

Outro autor a discutir a questão das políticas públicas setoriais de lazer e esporte nesse período foi Stigger (1998). Preocupado com a questão da participação na consolidação de tais propostas, o autor questionava, também, se as políticas públicas, para a educação física, esporte e lazer no Brasil, seriam efetivamente políticas sociais.

Nos dias atuais, é possível apontar que, em nível federal, a política de esporte e lazer atual é desenvolvida de forma completamente diferente à apontada acima por Linhales (1998) e Stigger (1998), uma vez que o entendimento da questão está baseado no esporte e no lazer enquanto elementos da cultura e como direito social, apesar de vários problemas persistirem no desenvolvimento das ações da SNDEL.

De acordo com Stigger (1998), a maior parte das políticas governamentais desenvolvidas nessa época caracterizava-se por ser desenvolvida para a população e não com a população, contribuindo com o desenvolvimento de uma postura conformista,

dependente e descomprometida da população com as propostas a serem implementadas, em uma relação não de parceria, mas de clientela entre o Estado e a população. É importante destacar que processos semelhantes aos criticados pelos autores ainda podem ser vistos em governos no âmbito municipal e estadual de nosso país.

Assim, Stigger (1998) aponta que, na formulação de políticas públicas, é necessário iniciar-se a discussão com base no entendimento conceitual sobre a área em que iremos atuar, alimentando as possibilidades de participação efetiva da população na definição da proposta.

Na área do lazer, por exemplo, não seria possível pensar a questão da participação efetiva, na definição da política com base na especificidade abstrata⁴ do lazer, porque isso acarretaria em entendê-lo de forma descontextualizada com os outros aspectos da vida social.

Essa posição revelar-se-ia como uma vivência funcionalista, mantenedora da situação social vigente, servindo apenas como válvula de escape das tensões vivenciadas no cotidiano, situação própria da indústria cultural que, para Stigger (1998), na maior parte das vezes, transforma os bens culturais da sociedade em mercadorias, simplesmente, para passar o tempo, e se relacionar “[...] com os indivíduos apenas como consumidores passivos de seus pacotes e programas desenvolvidos de cima para baixo” (p. 86).

Entender o lazer com base numa concepção abstrata e restrita seria entendê-lo e desenvolvê-lo, justamente, da forma como tem sido criticado aqui, ou seja, a serviço da manutenção das desigualdades sociais, do *status quo* vigente.

Outra questão importante é discutida por Freitag (1987). Para ela, as políticas sociais são um processo de intervenção do Estado em áreas da sociedade civil, a fim de atingir todas as classes em um esforço planejado para reduzir as desigualdades sociais,

4 A ação desenvolvida com base na concepção abstrata de lazer é, de acordo com Marcellino (1999), inibidora da cidadania, por não estimular a efetiva participação das pessoas na formulação e definição das ações a serem desenvolvidas, contribuindo com o estabelecimento da incompetência.

assumindo, de acordo com Demo (1994), como característica principal, a função assistencial⁵.

Apesar dos objetivos nas políticas sociais estarem, em princípio, explícitos, Freitag (1987) chama a atenção para os possíveis desdobramentos dessas questões em movimentos, que, muitas vezes, produzem situações diferentes das inicialmente programadas, o que pode remeter essas ações a posições diferenciadas, por exemplo, na perspectiva meramente assistencial ou assistencialista.

Sobre a implantação de uma Política de Lazer, alguns autores como Requixa (1980), Dumazedier (1980b), Camargo (1985), Carvalho (1978), Marcellino (2001, 2008), entre outros, têm contribuições importantes sobre a discussão de tal problemática, que devem ser entendidas e apropriadas a partir de uma leitura crítica.

Como já ressaltado, o desenvolvimento de políticas públicas na área do lazer é fundamental como forma de estimular a criticidade e a criatividade, de tal maneira que as pessoas possam superar as diversas barreiras encontradas no cotidiano, que limitem a efetiva participação não só nas vivências de lazer, mas na sociedade de uma forma geral.

Assim, mais uma vez destaca-se a importância da participação efetiva das pessoas e dos diferentes segmentos da sociedade civil na definição de políticas sociais, com base nos anseios e nas necessidades do público envolvido. O lazer, pela sua característica própria, pode ser entendido como um interessante instrumento para o desenvolvimento da participação, criando oportunidades para que as pessoas possam vivenciar novos valores.

Apontando a necessidade de um repensar sobre o entendimento do lazer relacionado à sua abrangência, sobre o entendimento da totalidade das relações sociais, em que o trabalho ocupa posição central, articulado às dimensões da não obrigação e sobre a relevância da problemática do lazer na cidade, apesar da falta de

5 Mais uma vez é preciso deixar clara a distinção entre as políticas assistenciais e as assistencialistas. Enquanto as primeiras têm como estratégia a manutenção das desigualdades sociais, as segundas são direcionadas, por direito humano, a grupos que não se autossustentam em relação às suas necessidades imediatas.

sua ressonância social⁶, Marcellino (2008), no que diz respeito ao desenvolvimento das políticas de lazer, propõe que a discussão e a implementação desses mecanismos, por parte do público ou de outras instituições ligadas à sociedade civil, passe pelo

[...] entendimento amplo do lazer, em termos de conteúdo, pela consideração do seu duplo aspecto educativo, suas possibilidades enquanto instrumento de mobilização e participação cultural, as barreiras socioculturais verificadas, e por outro lado, pelos limites da Administração Municipal e a necessidade de fixação de prioridades a partir da análise de situação (p. 24).

Nesse sentido, em relação ao entendimento amplo do lazer, é preciso considerá-lo em suas múltiplas possibilidades, segundo os conteúdos propostos por Dumazedier (1980a), procurando inter-relacioná-los, o que requer a busca da interface com outros departamentos da Secretaria, dentro do poder público (MARCELLINO, 2008), onde a política de lazer será realizada.

Nas instituições, que desenvolvem políticas relacionadas ao tema, a mesma questão deve ser levada em consideração. Essa situação é importante, pois o entendimento da problemática deve ser o mesmo dentro dos diferentes setores que tenham interface com a questão do lazer, como forma de articular discursos e ações, potencializando os resultados a serem alcançados.

Sobre o duplo aspecto educativo do lazer, é preciso entendê-lo não apenas como descanso e divertimento, questões importantes, mas como possibilidade de desenvolvimento pessoal e social. Para isso, devem-se observar as interfaces com outras políticas públicas, como educação, saúde, transportes e demais áreas do social (MARCELLINO, 2008).

De forma mais abrangente que os departamentos ou secretarias que tenham interface com a questão do lazer, aparecem aqui a importância da articulação de diferentes secretarias do poder

6 Somente mediante a observação participante Magnani (2003) pôde perceber que existiam diferenças acentuadas em relação ao que as pessoas da periferia verbalizavam sobre o lazer, em comparação aos demais temas sérios e as suas vivências no dia a dia. De acordo com o autor, a utilização de instrumentos de coleta de dados formais, como os questionários, não permitia apreender a riqueza e a importância das vivências no cotidiano das pessoas.

público ou instituições da sociedade civil com suas políticas de ação, de modo a colaborar com o alcance dos objetivos propostos, tanto de lazer, quanto das demais áreas sociais.

Em relação às suas possibilidades como instrumento de mobilização e participação cultural, deve ser levada em consideração a possibilidade de a ação ser realizada em conjunto com grupos e organizações ligadas à área do fazer cultural e com grupos populares da cidade, com base em suas manifestações culturais e em seus níveis de participação, em busca da superação desses níveis através de uma política de animação sociocultural (MARCELLINO, 2008).

E aqui, a participação efetiva ganha destaque, pois é com ela que as pessoas compreenderão o saber fazer e poderão passar de níveis menos elaborados para níveis de participação mais elaborados, garantindo maior criticidade e criatividade em relação às suas vivências.

No que diz respeito às barreiras socioculturais, o autor afirma que se deve levar em consideração questões como gênero, faixa etária, estereótipos, acesso aos espaços, entre outras questões, que, tendo a situação socioeconômica como pano de fundo, limita tanto qualitativamente, quanto quantitativamente a apropriação do lazer por parte de uma parcela da população.

Para atacar essas questões é necessário, por parte do poder público ou das instituições privadas promotoras das ações, o estabelecimento de prioridades para as parcelas da população, normalmente não atendidas, com o objetivo de minimizar os efeitos indesejados provocados pelas barreiras.

Sobre os limites da Administração Pública, é preciso perceber que a questão do lazer somente pode ser entendida relacionada a questões de tempo e espaço que transcendam os executivos municipais como jornada de trabalho e ocupação do solo urbano, o que coloca a necessidade de participação em discussões e em ações com órgãos representativos e setores constituídos da sociedade, tanto por parte do poder público (MARCELLINO, 2008), quanto por outras instituições que promovam ações relacionadas a políticas de lazer.

Complementando a questão relacionada a uma política de lazer, Requixa (1980) comenta que as diretrizes de uma política de lazer não podem, apenas, restringir-se a uma política de ativi-

dades, devendo envolver, também, questões relativas à formação e à capacitação de quadros para atuação, de espaços e de equipamentos, bem como critérios de reordenação do tempo.

Isso realça a necessidade do poder público e das instituições na fixação de prioridades com base na análise de situação, procurando responder questões como: existe uma estrutura de animação capacitada e atuante nos equipamentos específicos? Como esses equipamentos estão distribuídos pela cidade? Há equipamentos específicos subutilizados? Existe a possibilidade de se adaptar equipamentos não específicos para sua utilização em atividades de lazer?

Por fim, Marcellino (2008) aponta para a importância da situação ser analisada em seu movimento pendular, relacionada à problemática das políticas públicas em países da periferia do capitalismo, observação anteriormente apontada por Freitag (1987), o que significa ver o desenvolvimento das políticas públicas entre a intenção original de disciplinar e de reproduzir as estruturas sociais, de um lado, e de capacitar, de outro, os processos emancipatórios.

Assim, a questão do lazer na sociedade ganha, cada vez mais, a importância da participação como canal para a vivência de novos valores, que, de forma educativa, garanta a possibilidade de questionar a sociedade excludente em que vivemos, buscando saídas para os problemas enfrentados no cotidiano. A falta de ações ou, pelo menos, as poucas ações por parte do poder público que estejam comprometidas com os valores da mudança social, têm produzido, nos últimos anos, um grande número de movimentos sociais, que têm como pauta maior a participação como caminho para a discussão e a tentativa de resolução dos problemas.

Com o lazer e sua efetiva participação cultural abre-se a possibilidade da conquista da autonomia e de exercício da cidadania, na definição das ações relacionadas aos grupos comunitários. É a perspectiva de contestação e resposta às políticas públicas, altamente conservadoras e excludentes, que encontramos dentro do estado em que vive a população brasileira. Acredita-se que esse é o caminho para a consolidação de uma sociedade mais justa.